



INSTITUTO
UNIVERSITÁRIO
DE LISBOA

Os impactos das alterações climáticas e ação humana nas dinâmicas socioeconómicas nas Aldeias do Açor

Leonor Henriques Martins

Mestrado em Estudos do Ambiente e Sustentabilidade

Orientadora:

Maria de Fátima Palmeiro Batista Ferreiro, Professora Catedrática,
ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa

Outubro, 2023



CIÊNCIAS SOCIAIS
E HUMANAS

Os impactos das alterações climáticas e ação humana nas dinâmicas socioeconómicas nas Aldeias do Açor

Leonor Henriques Martins

Mestrado em Estudos do Ambiente e Sustentabilidade

Orientadora:

Maria de Fátima Palmeiro Batista Ferreiro, Professora Catedrática,
ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa

Outubro, 2023

Aos meus avós, à minha mãe e a todos os que guardam a Castanheira da Serra no coração.

Agradecimentos

Em primeiro lugar gostaria de agradecer à professora Maria de Fátima Ferreiro por todas as orientações fornecidas ao longo da tese e também pelo voto de confiança que depositou em mim desde muito cedo, dando-me forças para continuar.

Este trabalho não seria possível sem a ajuda da minha mãe que não só me deu indicações essenciais, como lutou por mim ao longo de todo o meu percurso pessoal e profissional, sendo uma inspiração.

Queria ainda agradecer a todos os que me acompanharam neste processo. Ao meio pai e ao meu irmão que me deram momentos de risos e permitiram desabafar. À Ana que sempre me apoiou, que esteve comigo em todos os momentos e ainda pela paciência e amor. Aos meus amigos que me deram força e ouviram-me até ao fim, com especial agradecimento à Mara, Catarina, Cristian, Inês e André que estiveram sempre lá.

Um especial agradecimento aos meus avós, que sem eles nada disto seria possível.

Dedico a tese à Castanheira da Serra, um local constituído por uma beleza única, desde as suas águas geladas, às suas montanhas, ao seu clima, ao seu ar puro, às suas habitações e às suas populações. Os verões são quentes, mas repletos de festa e alegria, o outono é demasiado bonito com a mudança de folhas, o sentimento de melancolia e as ricas castanhas que todos adoram exceto eu. O inverno é duro e frio, mas por vezes repleto de neve que junta famílias no natal e a primavera é esperançosa e calma, com chuva e o florescer de novas árvores e flores. Aqui permanecem aqueles que resistiram, aqueles que revisitam todas as vezes que possível e acima de tudo, permanece a memória daqueles que já cá não estão. Ainda vejo a prima Delmira debruçada sobre a massa das filhós, o Sr. Zé Francisco a fazer uma sesta nos montes enquanto esperava pelas cabras, o primo Alexandrino com as suas caminhadas, a menina Adelina com as suas cabras Laranja e Bonita.

Resumo

A tese apresenta os resultados do estudo das dinâmicas sociais, culturais e económicas ao longo do tempo interligando com os impactos ambientais do séc. XXI no estudo do caso da Serra do Açor. O abandono dos territórios rurais criou sérios problemas de desenvolvimento que interferem em várias vertentes. O turismo criativo e as teorias de desenvolvimento rural têm apresentado soluções para reverter este abandono e atrair pessoas a estes territórios, de forma a beneficiarem do turismo e terem condições para poderem investir e eventualmente fixar-se.

A tese analisa a aplicação destes projetos e teorias e o impacto que têm vindo a ter em contexto rural. Cria-se assim uma história deste local, mostrando as suas dificuldades, e ao mesmo tempo, a resiliência das povoações com o objetivo de manterem as suas tradições, culturas, costumes e preservarem este território e todos os seus benefícios.

O periódico “A Comarca da Arganil” e o periódico “Serras da Pampilhosa” servem de fontes de informação para a análise do caso de estudo para o séc. XXI, recolhendo tópicos de informação como projetos de desenvolvimento importantes, como a “Rede das Aldeias de Xisto”, participações em eventos e divulgações do território, importantes entrevistas a membros das comissões de freguesias, decisões políticas impactantes e ainda informação sobre a maior ameaça do território pampilhosense, os incêndios.

São usadas ainda fontes de informação de outros jornais ao longo da tese de forma a obter conhecimento sobre o possível futuro destas serras, nomeadamente, sobre o seu potencial para receber outras energias renováveis e a exploração de lítio.

Por fim, após a recolha de todos os dados, analisa-se todo o progresso do território, o bem e o mal, juntamente com os defeitos que se mantêm e dificultam a progressão e discute-se o futuro destas zonas e potenciais soluções de melhoramento. A tese traz um contributo para a compreensão da importância de locais como a Serra do Açor no nosso país. Apela e reforça a ideia de como as alterações climáticas já estão a afetar estes territórios e questiona o seu futuro, sugerindo alternativas.

Keywords: território rural; turismo; Aldeias de Xisto; Pampilhosa da Serra; Serra do Açor; desenvolvimento rural sustentável.

Abstract

The thesis presents the results of the study of social, cultural and economic dynamics over time, interconnected with the environmental impacts of the 21st century in the case study of Serra do Açor. The abandonment of rural territories has created serious development problems that affect several aspects. Creative tourism and rural development theories have presented solutions to reverse this abandonment and attract people to these territories, so that they benefit from tourism and are able to invest and eventually settle.

The thesis analyzes the application of these projects and theories and the impact they have had in a rural context. This creates a history of this place, showing its difficulties and at the same time, the resilience of the villages with the aim of maintaining their traditions, cultures, customs and preserving this territory and all its benefits.

The periodical “A Comarca da Arganil” and the periodical “Serras da Pampilhosa” serve as sources of information for the analysis of the case study for the 21st century, collecting information topics such as important development projects, such as the “Rede das Aldeias Xisto”, participations in events and actively publicizing the territory, important interviews to members on the commission board, political important decisions and furthermore, information about one of the biggest threats to the pampilhosense territory, the wild fires.

Sources of information from other newspapers are also used throughout the thesis in order to obtain knowledge about the possible future of these mountains, namely, their potential to receive other renewable energies and the potential exploration of lithium.

Finally, after collecting all the data, the entire progress of the territory is analyzed, the good and the bad, along with the defects that remain and hinder progression and the future of these areas and potential improvement solutions are discussed. The thesis makes a contribution to understanding the importance of places like Serra do Açor in Portugal. It appeals and reinforces the idea of how climate change is already affecting these territories and questions their future, suggesting alternatives.

Keywords: rural territory; tourism; Aldeias de Xisto; Pampilhosa da Serra; Serra do Açor; rural sustainable development.

Índice

| | |
|---|-----|
| Agradecimento | iii |
| Resumo | v |
| Abstract | vii |
| Capítulo 1. Introdução | 1 |
| Capítulo 2. Revisão da Literatura | 3 |
| 2.1. Território rural: uma breve introdução | 3 |
| 2.2. As teorias do desenvolvimento rural | 5 |
| 2.3. Turismo criativo em espaço rural: uma análise | 9 |
| Capítulo 3. Metodologia | 17 |
| Capítulo 4. Estudo de Caso: A Serra do Açor | 21 |
| 4.1. Apresentação e caracterização do território | 21 |
| 4.1.1. A problemática do abandono | 22 |
| 4.1.2. Os Instrumentos de proteção da Serra do Açor | 26 |
| 4.1.3. Turismo criativo nas Aldeias de Xisto | 29 |
| Capítulo 5. Apresentação e Discussão de Resultados | 35 |
| 5.1. Consequências atuais do abandono rural | 35 |
| 5.2. Consequências dos incêndios florestais | 38 |
| 5.3. Contributos e evolução do território | 41 |
| 5.4. Visão sobre o futuro: Serras “Verdes” | 44 |
| Conclusão | 47 |
| Referências Bibliográficas | 50 |
| Referências Bibliográficas das fontes periódicas | 53 |
| Anexos | 56 |

CAPÍTULO 1

Introdução

O presente trabalho, tal como o título sugere, pretende discutir de que forma os impactos ambientais e a ação humana têm vindo a desenvolver um papel nas dinâmicas socioeconómicas nas aldeias da Serra do Açor, com o objetivo de tentar compreender qual será o futuro deste território e reconhecer quais são os melhores caminhos a tomar. Temos ainda como objetivo dar a conhecer a importância destas localidades numa escala mais abrangente.

Através da sua longa história, compreende-se a diferença dos tipos de desenvolvimento de um país, o urbano e o rural, onde o rural tem vindo a ser esquecido e abandonado. Reconhece-se ainda a relevância de projetos de desenvolvimento e aqui verifica-se a pertinência deste tema, ou seja, a necessidade de encontrar soluções e iniciativas que permitam fixar a população e criação de empregos locais.

Com o despovoamento, falta de oportunidades, abandono dos territórios, envelhecimento da população e negligência das autoridades, criou-se um estado de confusão nestes territórios, no que toca a gestão florestal que só aumenta a sua marginalização.

No entanto, os pontos fortes da Serra do Açor, desde as suas florestas, as praias fluviais, as águas de nascente, o xisto, a sua gastronomia, a sua cultura, as suas tradições, o seu povo, são o que tornam este local digno de preservar e digno para lutar. É aqui que muitas pessoas procuram o lazer, o conforto e a calma, mas é também onde aqueles que cá permaneceram têm as suas memórias. É importante desenvolver estratégias que preservem estas características.

Como conclusão deste trabalho, pretende-se responder à questão “Qual a importância de preservar este tipo de territórios e qual a melhor maneira de o fazer?” e ter a perceção do que já se tem vindo a fazer ao longo do tempo e aquilo que se planeia fazer no futuro.

Existem alguns conceitos fundamentais no objetivo geral deste trabalho: os territórios rurais, desenvolvimento e desenvolvimento sustentável. Temos então no segundo capítulo uma revisão teórica que explora os conceitos de território rural, as teorias de desenvolvimento e o turismo criativo. Num terceiro capítulo temos a metodologia usada na tese onde são apresentadas as fontes de informação utilizadas no estudo de caso. Já o quarto capítulo trabalha sobre esse mesmo estudo de caso que se debruça sobre a Serra do Açor com um enquadramento geográfico, a problemática do abandono, os instrumentos de proteção existentes neste território e as Aldeias de Xisto. O quinto capítulo reflete uma análise e discussão dos resultados obtidos através das fontes de informação usadas para compreender o estudo de caso. Por fim, temos as

conclusões onde se responde às questões de partida e onde se analisa todo o progresso feito na Serra do Açor, sugerindo possíveis melhoramentos e hipóteses para o futuro desta zona.

Revisão da Literatura

2.1. Território rural: uma breve introdução

“Rural não é sinónimo de agricultura e não é sinónimo de estagnação económica” (OCDE, 2015). Um território rural é assim definido através da sua densidade populacional, localização dos centros urbanos e os fluxos de viagens entre casa e o trabalho podendo ser “territórios próximos de centros urbanos” ou “territórios remotos”. Esta definição corresponde com a que o autor Cloke em 1977 designou como espaço rural “A ruralidade é definida através de variáveis tais como a densidade populacional, a acessibilidade a instalações, os movimentos pendulares e a distância aos centros urbano (Beynon et al., 2015, como citado em Fontes de Carvalho, 2021 p.106).

O conceito de território rural reside assim na baixa densidade: baixa densidade populacional, de assentamentos, infraestruturas e fluxos económicos sendo a baixa densidade populacional o marcador universal (Molinero Hernando et al., 2021). As áreas urbanas e rurais são dois conceitos usados por uma série de atores políticos, investigadores e organizações e são muito bem entendidos pelo público. No entanto, a nível internacional não há uma definição clara e consensual (Fontes de Carvalho, 2021). Ou seja, existem diversas dimensões para os diferentes territórios, pois cada um possui características específicas e têm de ser avaliados conforme cada caso. Na União Europeia, 91% do seu território corresponde a áreas rurais contendo 56% da sua população. Acontece que muito poucas das áreas apresentam uma densidade populacional suficiente para serem consideradas áreas urbanas. As áreas rurais da União Europeia são caracterizadas pela sua diversidade relativamente à sua condição socioeconómica, cultural e natural (European Comission, 2008).

Dentro do mundo rural existem diferentes tipos de locais, alguns com maior empregabilidade, com mais atividade industrial, com melhores acessos e também existe um grande número de cidadãos que escolhe viver no mundo rural mesmo trabalhando em zonas mais afastadas. A compreensão desta diferença de territórios poderá ajudar no planeamento de diferentes investimentos, como operar em decisões políticas e em diferentes setores.

Até aos anos 60, as áreas rurais eram vistas como espaços predominantes para atividades agroflorestais tradicionais. Desde aí, outras atividades têm vindo a ganhar terreno como por exemplo a proteção da *landscape* e atividades relacionadas com o ambiente e os recursos naturais. Mais recentemente, as áreas rurais apresentam mais oportunidades de lazer e recreação (Matos Silva et al., 2022).

As áreas rurais tendem a enfrentar diversos obstáculos como resultado da baixa densidade populacional, dependência de apenas uma atividade económica (nomeadamente a agricultura), distância de mercados e zonas mais dinâmicas e baixo poder político, o que torna os serviços como cuidados de saúde, educação, transportes públicos e acesso à tecnologia muito limitados. O aumento de discrepância entre zonas urbanas e rurais apenas aumenta ao abandono rural (Medeiros, 2021).

No futuro, as áreas rurais enfrentam riscos adicionais de desastres naturais devido às alterações climáticas. Os recursos naturais que daqui derivam são também prejudicados pelo recorrente abandono do território como por exemplo, aumento do risco de incêndios, aumento do risco da erosão do solo e diminuição da biodiversidade. O abandono do território está fortemente ligado às dinâmicas da população com a própria natureza e lugar. Espera-se assim, fortalecer e diversificar as oportunidades económicas nestes lugares (Eurostat, 2016). O novo paradigma implementado pela OCDE (fig. 1), reforça novos pontos de ação, com variados setores, interligando os atores (regional, nacional, públicos, privados) focando-se na criação de novos investimentos e, conseqüentemente, novas oportunidades.

The New Rural Paradigm

| | Old Paradigm | New Paradigm |
|-------------------|--|---|
| Objectives | Equalization or entitlement approach, focused on farm income, farm competitiveness | Competitiveness of rural areas, valorisation of local assets, exploitation of unused resources |
| Key target sector | Sector based | Various sectors of rural economies (e.g. rural tourism, manufacturing, ICT industry, etc.) |
| Main tools | Subsidies | Investments |
| Key actors | National governments, farmers | All levels of government (supra-national, national, regional and local), various local stakeholders (public, private, NGOs) |

Fig. 1 - Novo Paradigma Rural da OCDE (2006). Fonte: Vicente (2017)

A definição de desenvolvimento urbano, regional e rural, por vezes, tem tendência a desaparecer uma vez que as áreas rurais tendem a adotar os padrões de desenvolvimento urbano e regional como o resultado da globalização. Segundo Akgun et. al (como citado em Medeiros, 2021), existem 5 fatores necessários para atingir desenvolvimento rural sustentável: (1) sistema físico: ambiente construído + infraestruturas + tecnologias + acessibilidade; (2) sistema social: abertura + relações sociais + participação; (3) sistema económico: diversidade económica + empreendedorismo + capital humano + externalidade + promoção; (4) sistema local: capital natural + capital cultural + conhecimento tático; (5) sistema criativo: conhecimento local + envolvimento da tecnologia (p. 2).

2.2. As teorias do desenvolvimento rural

O conceito de desenvolvimento é normalmente associado com o objetivo de concretizar uma mudança positiva ou prosperidade, de forma a melhorar a qualidade de vida e melhorar o espaço, ao longo de um determinado período de tempo. “Desenvolvimento rural implica a verificação prática de uma mudança positiva para comunidades rurais em vários indicadores de desenvolvimento” (Medeiros, 2021, p.3).

Em 1970 foram desenvolvidas abordagens para o desenvolvimento local e regional. Estas abordagens baseiam-se numa ideia de que o desenvolvimento local e regional deve ser conduzido de baixo para cima (*bottom-up*) por fatores externos (exógenos) e internos (endógenos). Tal como o próprio nome indica, uma abordagem exógena procura fontes de potencial económico em localidades e regiões, ou seja, contribuições que os territórios possuem como empreendimento local, recursos naturais, territórios. Uma abordagem endógena foca-se mais em fatores internos como escolas, investimentos de infraestruturas, universidades, organizações, poder político (Tödtling, 2014).

O desenvolvimento endógeno foi representado na União Europeia, desde 1990, pelo projeto LEADER, um programa com o objetivo de criar ligações entre ações de desenvolvimento das economias rurais tornando-se a maior expressão do desenvolvimento rural e consigo trouxe o acrescido interesse pelas áreas rurais. Apesar do seu declínio, LEADER serviu como base para o desenvolvimento endógeno (Georgios et al., 2021).

O desenvolvimento local endógeno tem como base a competitividade e a cidadania substituindo a ocorrência entre empresas e entre nações pelas concorrências entre localidades criando assim um foco no empreendedorismo local e no desenvolvimento a partir das potencialidades económicas, humanas, naturais e culturais de uma localidade. Esta teoria apresenta duas únicas alternativas: adotar uma estratégia de desenvolvimento exógeno, atraindo

investimentos externos para regiões periféricas ou adotar uma estratégia de desenvolvimento local (Moreira, 2022). O desenvolvimento endógeno dos territórios é assim gerado por três dimensões: (1) dimensão económica que permite aos empreendedores locais a criação de inovações e tecnologia de forma a que consigam competir em mercados de nível nacional e internacional; (2) dimensão institucional onde os atores económicos e sociais são integrados num sistema que cria uma rede complexa de relações que por sua vez, incorpora valores sociais e culturais no processo de desenvolvimento; (3) dimensão política com objetivos múltiplos. A abordagem do desenvolvimento endógeno ajuda no entendimento da economia e dinâmicas produtivas dos territórios de forma a implementar medidas e corresponder aos desafios globais. O território em si funciona como método de transformação onde atores locais interagem entre si de forma a desenvolver a economia e a própria sociedade (Vázquez-Barquero & Rodríguez-Cohard, 2016):

“Desta maneira, o desenvolvimento endógeno pode ser compreendido como o processo de crescimento económico e mudança estrutural, que emprega o seu potencial de desenvolvimento local para melhorar o padrão de vida da população” (p. 1137).

Alguns autores reforçam ainda a valorização do local e da diversidade através da participação das comunidades na tomada de decisões. Outros defendem que o fortalecimento do local como novo espaço se dá através do retorno ao local, sendo a opção mais segura uma vez que a maior parte das pessoas não consegue atuar de forma efetiva nos níveis nacionais ou mundiais. Ainda existem autores que defendem que o desenvolvimento endógeno se baseia na mudança de carácter da atuação do Estado sendo que este se torna um mediador e facilitador com a tarefa de apoiar a criação de vantagens de localização e competitividade (Moreira, 2002).

O declínio do programa LEADER ocorreu devido à introdução de programas de desenvolvimento rural a partir de 2007 que vieram confirmar de que as dimensões endógenas e exógenas são dois canais diferentes e que, quando usados de forma separada, não atingem os resultados pretendidos. O argumento mais usado é que as forças estruturadas da globalização e urbanização estão fora do controlo das comunidades locais o que obriga a que estas comunidades formam respostas coerentes às pressões exógenas, colocando práticas e iniciativas de desenvolvimento regional e local (Georgios et al., 2021).

Surtem assim críticas e problemas que têm de ser apontados. A teoria de “Desenvolvimento Local Endógeno” apresenta uma dualidade de pensamento, em como só há duas alternativas, o desenvolvimento para fora ou desenvolvimento endógeno sem olhar para o contexto histórico assumindo que o sistema económico mundial atual está desprovido de crescimento e evolução e transformação. Moreira (2022) critica esta teoria, lembrando que esta não usa, na sua totalidade, a hipótese de que o espaço é muito mais do que um “mero suporte físico dos objetos, atividades e processos económicos...” e vai ainda em direção contrária ao reconhecimento da natureza multifacetada do espaço (pág. 27). Este modelo representa fragilidades e limitações como a fraca autonomia dos municípios para lidar com o desenvolvimento, a relevância do nacional e internacional e a importância dos investimentos externos, entre muitas outras. A concordância entre os atores locais no que toca a estratégias e objetivos, juntamente com a interação das próprias comunidades no planeamento e controlo de iniciativas são essenciais para uma implementação bem-sucedida de qualquer tipo de estratégia (Vázquez-Barquero & Rodríguez-Cohard, 2016).

Há então necessidade de mais estratégias locais ou regionais de desenvolvimento. Sendo assim, cabe usar as teorias de “Desenvolvimento Local Endógeno” na construção de estratégias locais de desenvolvimento tendo em conta as suas limitações e arranjar soluções para contorná-las. Não se pode esquecer ainda que a execução de políticas que tenham como objetivo central o desenvolvimento, local ou regional, requer a capacidade de atuação sobre variáveis como renda, emprego, crescimento e dinâmica da economia, mercado de trabalho (Moreira, 2022).

De forma a combater as limitações e problemas nas teorias de desenvolvimento Local Endógeno debruçamo-nos agora na Teoria de desenvolvimento Local Neo-Endógeno que surgiu na Europa em 2010, como forma de ajuda no desenvolvimento rural local com base nas comunidades. O termo “desenvolvimento sustentável” implica um equilíbrio entre os três pilares, o crescimento económico, social e ambiental, e que, juntamente com NED (Neo-Endogenous Development), influenciam o planeamento e políticas para o desenvolvimento rural. No entanto, NED baseia-se no princípio de que fatores exteriores ao local são essenciais para o desenvolvimento rural e que as áreas locais devem reter esse potencial e investir no seu futuro. Neste modelo, recursos locais (físicos e humanos) são usados para a economia e desenvolvimento do território em questão (Marango et al., 2021). Ocorre uma mudança de paradigma que inclui a ideia de que o desenvolvimento local de qualquer território é influenciado e dependente do contexto que o envolve, ou seja, os recursos locais que estão disponíveis na região e o conhecimento e recursos exteriores necessários para o seu desenvolvimento. Esta perspetiva considera que o desenvolvimento regional não deve estar limitado apenas a políticas de desenvolvimento endógeno, mas sim incluir dimensões endógenas e exógenas com o território como centro de intervenção (Matos Silva et al., 2022). Usa técnicas exógenas e endógenas de modo a ensinar as comunidades a serem autossuficientes, ao mesmo tempo que ensina a usarem fatores externos como vantagens reconhecendo que as comunidades rurais não conseguem operar isoladas e necessitam do relacionamento e conectividade exterior se pretenderem evoluir e desenvolver-se (Marango et al., 2021).

Inovações sociais e *networking* são dois parâmetros estabelecidos na promoção da agenda Neo-Endógena (Georgios et al., 2021). Consequentemente, tem vindo a aumentar o apoio às inovações e às soluções que passem pelas comunidades de forma a aumentar a proteção ambiental baseada no valor do conhecimento local sobre a conservação da natureza e uso dos recursos naturais. A ideia é envolver as comunidades locais com os decisores políticos de forma a implementar políticas internacionais e nacionais e diretivas focadas na conservação da natureza. As visões e opiniões dos locais tornam as decisões ambientais mais eficientes e aceitáveis pelas próprias comunidades que, por sua vez, têm impacto positivo na proteção ambiental (Marango et al., 2021).

Mais uma vez, existem fatores a considerar nesta teoria: a participação pública dos locais nem sempre é bem vista e pode ter as suas repercussões. A participação pública pode tornar-se num mecanismo para legitimar decisões que permanecem ao alcance das autoridades superiores e, por vezes, o conhecimento local pode nem sempre ir ao encontro das necessidades reais dos ecossistemas correndo assim o risco de prejudicar a proteção ambiental. No entanto, a participação pública das comunidades locais permanece uma das práticas mais encorajadas. Ao implementar este tipo de participação, deve-se em conjunto implementar regras sobre as escalas para a ação local e reconhecer que algumas das decisões ultrapassam esta escala e entram no domínio nacional ou internacional (Marango et al., 2021).

Segundo o estudo feito entre 2014 e 2018 em Inglaterra, os princípios fundamentais do desenvolvimento sustentável e NED estão incorporados em atividades de conservação da natureza e nas motivações diversas dos participantes. O estudo verificou que as motivações são distintas e a maior parte das vezes relacionadas com os objetivos dos decisores políticos locais, que por sua vez são muitas vezes influenciados por regulamentos e diretivas nacionais e internacionais. Ainda foi possível demonstrar as capacidades que as comunidades locais apresentam no manuseamento e uso de recursos locais e contribuição para o desenvolvimento local, tudo derivado da participação local. Significa que se houver participação voluntária em atividades ambientais locais, o conhecimento sobre a conservação da natureza e o desenvolvimento sustentável pode ser incorporado nos planos e políticas que vão ser desenvolvidos no contexto local e social, tornando-os assim mais fáceis de aceitar por parte das comunidades locais. Tem de se ter em conta que as localidades são distintas umas das outras, diferindo na educação, ocupações, níveis de capital social, rendimentos e história local (Marango et al., 2021).

Investigação feita para esta teoria verificou que economias rurais beneficiam de interações entre local e negócios de fora. O mesmo acontece com a inovação social que beneficia da conexão socio política que valoriza recursos endógenos e exógenos. Pode concluir-se que o desenvolvimento sustentável pode beneficiar muito da participação local, introduzindo conhecimento local, esforço voluntário e compromisso para a conservação da natureza, não esquecendo também o impacto positivo que podem ter influências e ajudas externas, como por exemplo ajuda financeira, técnica e práticas de modo a promover os projetos de conservação da natureza das comunidades locais (Marango et al., 2021).

2.3. Turismo criativo em espaço rural: uma análise

O turismo é atualmente a maior força da economia de Portugal, tendo a sua atividade crescido exponencialmente nos últimos anos. Com o aumento do turismo levantam-se algumas preocupações sobre os seus impactos negativos e, conseqüentemente, iniciativas de turismo criativo surgem cada vez mais em áreas rurais em Portugal (Bakas & Duxbury, 2018).

Segundo a UNESCO, o turismo criativo “implica uma viagem direcionada para uma experiência autêntica e de envolvimento, com aprendizagem participativa nas artes, património, ou carácter especial de um lugar, e fornece uma conexão com aqueles que residem nesse lugar e cria uma cultura viva”. Este conceito é bastante recente, definido em 2000 por Richards & Raymond que defendem a ideia de que há visitantes que desejam ter contacto com a comunidade e o território que estão a visitar. O turismo criativo é uma nova forma de turismo cultural que incentiva a participação e não apenas a observação (Fontes de Carvalho, 2021).

O turismo criativo não deixa de ser uma forma sustentável da atividade económica que está fortemente ligado com as comunidades de um determinado território. Começa assim a existir uma valorização das especificidades locais e as suas tradições, história, atividades, e muito mais. Esta valorização baseia-se na transferência de conhecimentos entre turistas e comunidades locais (Almeida et al., 2021). Na fig. 2, observa-se a evolução de uma aposta de criatividade direcionada apenas para “produtos” e “processos” versus direcionada para “ambiente” e “pessoas”, ou seja, direcionado para experiências mais envolventes e autênticas, promovendo o aumento do nível de envolvimento do turismo criativo (Fragoso, 2022).

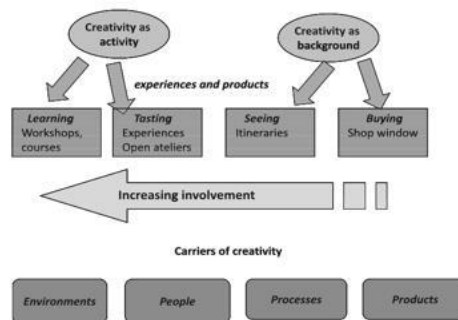


Fig. 2 - Modelos de produção e consumo de turismo criativo. Fonte: Fragoso, 2022

O turismo criativo tem vindo a sofrer melhoramentos ao longo dos anos, passando por várias fases. Tivemos o turismo criativo 1.0. em 2000 que se focava mais em aprendizagem e *workshops*, ou seja, era mais focado na produção. O turismo criativo 2.0., em 2005, onde eram privilegiados o território e o contacto com a comunidade local, dando importância à experiência e à cultura. Já o turismo criativo 3.0., em 2010, expandiu-se para meios urbanos e associou-se a um consumo mais passivo. O turismo 4.0., em 2015, é o mais recente e sobressai o papel da cocriação na produção da experiência e a relação entre consumidor/visitante e produtor/comunidade local (Almeida et al., 2021; Baixinho et al., 2020).

O turismo criativo surgiu como uma forma de dar resposta à (1) saturação do mercado e a necessidade de criar novas ofertas regularmente de forma inovadora e diversificada; (2) à crescente valorização da necessidade de sustentabilidade social e cultural no turismo; (3) à mudança no perfil e motivações dos visitantes que têm vindo a expressar uma vontade por mais experiências únicas e autênticas com interações mais próximas do quotidiano e as suas tradições (Almeida et al., 2021). Mas este tipo de turismo não vem simplesmente substituir o turismo cultural, mas sim acrescentar mais dimensões como: (1) participação ativa; (2) autoexpressão criativa; (3) aprendizagem; (4) participação e envolvimento da comunidade (CREATOUR, 2017, como citado em Bakas & Duxbury, 2018).

O turismo criativo pode então oferecer novas perspetivas aos destinos que pretendem ir além do turismo convencional, juntamente com algumas vantagens como a criação de uma fonte de atividade turística, a ajuda a preservar a atmosfera do destino. Este tipo de turismo pode ainda tornar-se num meio de desenvolvimento de negócios para produtores de artesanato ou outras pequenas empresas, permitindo ainda que a população local use os seus conhecimentos e ferramentas e, por último, o turismo criativo é um recurso renovável (Richards, 2009, como citado em Fragoso, 2022).

Estas características têm como objetivo criar uma abordagem mais sustentável, que deixa mais retorno às comunidades e reduz a pressão sobre os recursos, promovendo maior dispersão dos visitantes no destino. Pretende ainda criar formas de rendimento sem que a qualidade dos produtos seja afetada, promove a preservação do património, valoriza a identidade e a cultura local e fomenta a criação de economias de escala e de sinergias. Este tipo de turismo atrai um perfil específico de visitante, com maiores rendimentos, motivado e educado para a cultura local e ainda para a necessidade de a preservar (Almeida et al., 2021). O turismo, apesar de ser uma atividade que promove o desenvolvimento de um território, tem também impactos negativos que são ultrapassados com o turismo criativo pois existe aqui a preservação do território, dos costumes, das práticas, do modo de vida local, das memórias e no fundo, da identidade (Fragoso, 2022).

O turismo criativo tem ainda como objetivo combater a sazonalidade da atividade turística, uma vez que as atividades criativas podem ser realizadas em qualquer altura do ano e outras estão associadas a épocas baixas da procura turística. Aqui temos um fator determinante que influencia diretamente a experiência: as características do território. Estas características influenciam a forma como o consumidor participa e também influenciam o fornecedor que aproveita os diversos recursos endógenos existentes (Almeida et al., 2021).

| Modelos que explicam o Turismo criativo | |
|--|--|
| Richards (2011) | (1) A criatividade pode ser integrada e entregue ao consumidor através da experiência turística criativa; (2) A criatividade pode estar na atividade em si ou no ambiente em que se enquadra. |
| Tan, Kung e Luh (2013) | (1) Tem como base a perspectiva do turista/consumidor; (2) Apresenta 3 dimensões: consciência/sensibilização; necessidades/motivações e criatividade; |
| Gonçalves e Costa (2019) | (1) Apresenta 4 pilares: território, processo produtivo e componentes do produto turístico, processo de cocriação e consumidores; (2) Estes pilares criam a experiência turística. |
| Ross e Saxena (2019) | (1) Elaboraram um modelo para a experiência de cocriação participativa de património arqueológico. |

| | |
|--|--|
| | (2) No centro encontra-se a experiência participada e cocriada que beneficia dos contributos do fornecedor e do turista. |
|--|--|

Tabela 1 - Modelos do Turismo Criativo. Fonte: Almeida et al., 2021.

Os autores Almeida et al. (2021), com a teoria dos modelos representados na tabela 1, criaram um novo modelo representado na fig. 3, que se trata de um modelo de experiência onde o elemento central é a experiência cocriada, podendo corresponder às atividades de comprar, ver, experienciar e aprender. Esta experiência é influenciada pelos *inputs* do fornecedor (oferta) e do turista (procura), acrescentando-se ainda os *inputs* do território que são falados no modelo de Tan et. al (2013). Também estão esboçados os quatro portadores de criatividade do modelo de Richards (2011): a pessoa, o processo, o produto e o ambiente.

Os *inputs* do território vão impulsionar os *inputs* do consumidor/visitante e do fornecedor, que por sua vez fornecem a experiência turística criativa cocriada onde é possível comprar, ver, experienciar e aprender. Para tal, é necessário: criatividade, recursos, interesse, conhecimento, participação, entre outros. Ao criar esta experiência, geram-se *outputs* de oferta e procura. Os *outputs* de oferta são para o território e comunidade local onde se gera retorno económico, valorização da cultura local, preservação patrimonial e coesão social. Já os *outputs* de procura são para o consumidor/visitante e geram aprendizagem, sensação de realização individual, desenvolvimento pessoal e criativo e criam contacto com a realidade cultural em que se inserem (Almeida et al., 2021).

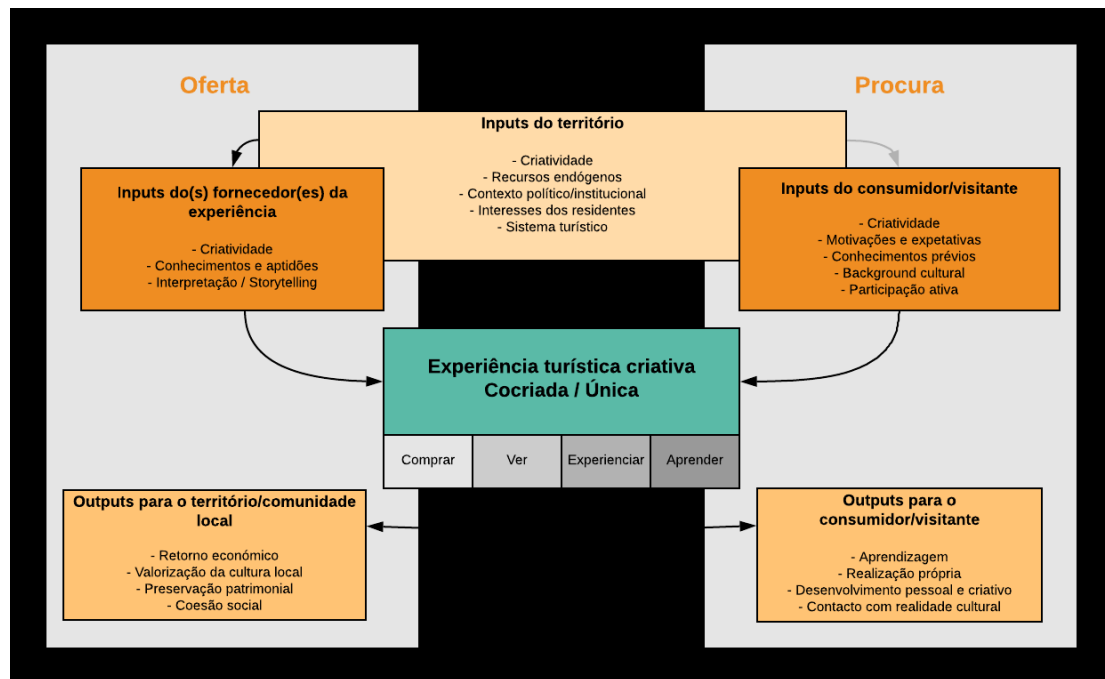


Fig. 3 - Modelo conceitual da experiência turística criativa. Fonte: Almeida et al., 2021

O turismo criativo pode ser o caminho para desenvolver paradigmas em escala mais pequena mas com mais benefícios, onde as características do lugar, sustentabilidade cultural, inclusão social e melhoramento da qualidade de vida são enaltecidos, indo ainda de acordo com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, nomeadamente o objetivo nº11 (“Tornar as cidades e comunidades inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis) e o objetivo nº12 (“Garantir padrões de consumo e de produção sustentáveis) (Duxbury et al., 2020; ODS, 2022).

Segundo Richard (2019) e Remoaldo et al., (2020) (como citado em Almeida et al., 2021), não se deve procurar replicar modelos de turismo criativo de grandes áreas urbanas e em vez disso, focar-se no consumo dos recursos endógenos. Quer isto dizer que se deve tomar uma abordagem com base na comunidade e nas suas tradições e quotidiano. Esta abordagem é considerada positiva para o desenvolvimento sustentável ao nível socioambiental e económico, preservando os modos tradicionais, mas sobressaindo os locais. Richards (2019) refere ainda que se devia usar o termo “modo” e não “modelo”, uma vez que pensar que existe um modelo *one-size-fits-all* é inadequado para territórios rurais, ou seja, adotar um modo criativo não significa copiar outros, mas encontrar o seu próprio caminho.

Bakas e Duxbury (2018) e Duxbury (2019) identificam algumas estruturas para a promoção e venda de atividades criativas em espaço rural: (1) ofertas individuais oferecidas através de catálogos de empresas de animação turística; (2) mediadores e redes localizadas; (3) séries de workshops e eventos; (4) unidades de alojamento, nomeadamente museológicos, com ofertas ou atividades criativas; (5) festivais de pequena escala; (6) iniciativas para a comunidade (Almeida et al., 2021).

O turismo criativo oferece ao visitante a oportunidade de desenvolver o seu potencial criativo através da participação ativa nas experiências características da cultura das comunidades que visita. A cultura de uma comunidade engloba tudo o que dela provém, a gastronomia, o artesanato, os espaços, a história do local e das pessoas, os costumes e transmite-se de geração em geração, promovendo nas comunidades um sentimento de identidade e continuidade (Gonçalves & Martins da Costa, 2019).

Apresenta assim vários benefícios como a aposta em mercados de nicho, valorização de elementos distintos do território, existência de uma entidade pública ou privada que sustente a logística da oferta, definição de meios de suporte e tutoria aos agentes e comunidades locais, desenvolvimento de redes de cooperação, de comunicação e de partilha de conhecimentos e recursos entre os agentes locais e, por fim, a necessidade de desenvolver estratégias robustas de *marketing* (Almeida et al., 2021).

CAPÍTULO 3

Metodologia

O estudo de caso baseia-se num território específico, proporcionando algum tipo de importância e relevância na sociedade onde qualquer tipo de investigação pode ser aplicada. As áreas rurais representam um importante valor económico para o país, mas também em termos de agricultura, floresta, biodiversidade, recursos de água, produção de materiais e são centros de produção de energia de biomassa e de energia renovável (European Commission, 2008).

A Serra do Açor foi escolhida como caso de estudo devido à sua história e às tentativas de desenvolvimento regional importantes. Atacada pelo abandono rural ao longo dos anos, envelhecimento da população, baixas atividades económicas e incêndios de grandes dimensões, prevalece a resistência de quem reconheceu o seu potencial e tem vindo a desenvolver estratégias para melhorar as suas condições de vida.

Para podermos entender a história deste estudo de caso e verificar a aplicabilidade das teorias anteriormente apresentadas, foram usadas duas grandes fontes de informação. Foram selecionados dois periódicos mais relevantes da zona denominados “A Comarca de Arganil” e “Serras da Pampilhosa”. Sendo este um território antigo e com variada história, reduziu-se a sua análise ao séc. XXI.

O periódico “A Comarca de Arganil” disponibiliza as edições *online* no site <https://www.acomarcadearganil.cm-arganil.pt/>, sendo que estas existem desde o ano de 1901 a 2009. Assim, escolheu-se analisar o período desde o ano 2001 até ao ano 2009.

O Periódico “Serras da Pampilhosa” disponibiliza as edições *online* no site <https://www.casapampilhosadaserra.pt/index.php/jornal/ver-1-pagina>, sendo que estas existem desde o ano 2006 a 2020, embora só tenha versões completas a partir do ano de 2015.

Algumas edições mais recentes referentes ao ano atual, 2023, foram obtidas fisicamente através da residente da aldeia Castanheira da Serra, Julieta Pereira, que gentilmente, forneceu as que tinha disponíveis.

A escolha dos periódicos não foi aleatória, mas sim propositada, uma vez que são estes os mais relevantes do concelho de Pampilhosa da Serra e que cobrem todas as notícias referentes às suas localidades, sendo assim muito específicos desta zona. Permitem obter informações ao longo do tempo sobre a evolução do território e decisões que foram feitas ou que ainda estão a ser resolvidas. A noção temporal é muito importante no entendimento do território para

compreender o atraso que as populações sofreram e que, sem dúvida alguma, contribuíram para o abandono.

Foram então usados, no total, 150 jornais, onde 112 correspondem ao primeiro periódico “A Comarca de Arganil” e 38 correspondem ao segundo periódico “Serras da Pampilhosa”. A análise destes periódicos foi feita através da criação de várias fichas de leitura, divididas pelos anos correspondentes e, por sua vez, divididas por meses do ano. Era importante neste estudo de caso verificar as seguintes componentes:

- (1) Notícias sociais importantes: desde reconstruções de locais essenciais às localidades, novas construções, novos projetos de desenvolvimento local, apoios sociais;
- (2) Notícias ambientais importantes: desde investimentos realizados na área de sustentabilidade, notícias sobre locais poluídos, projetos em prol do ambiente;
- (3) Entrevistas importantes: entrevistas de figuras importantes e ainda de indivíduos que se destacaram pela sua tentativa de melhoramentos das aldeias, opiniões e análise de pessoas que conhecem os territórios ao longo do tempo.
- (4) Incêndios e desastres naturais: nomeadamente todos os incêndios que tiveram grande impacto no território como as consequências após os mesmos;
- (5) Festivais e promoção de eventos: todos os eventos e festivais da zona que tiveram sucesso, repetindo-se ao longo dos anos e oportunidades de novos projetos;
- (6) Turismo Rural e Oportunidades: projetos relacionados com a área do turismo, desde gastronomia, hotelaria, marcas próprias, praias fluviais;
- (7) Decisões Políticas/Novas Leis/ Anúncios Políticos: qualquer anúncio ou lei importante na regulação e ordenamento do território;
- (8) Citações.

No Periódico “A Comarca de Arganil”, que publica três edições por semana, verificou-se que muitas das edições não continham informação relevante a colocar nas oito componentes definidas. O que regularmente surgia, era que o jornal do início do mês continha geralmente boa informação, juntamente com o jornal da segunda semana. Os restantes repetiam a informação ou pouco mais revelavam. Dito isto, regulou-se a leitura para duas edições por mês, escolhendo a mais completa delas. No periódico “Serras da Pampilhosa” existe uma edição por mês, todas analisadas, embora algumas não tenham sido escolhidas para as fichas de leitura por não conterem informação relevante para o estudo.

A principal limitação do estudo foi o período temporal, entre o ano 2009 e 2015, uma vez que não existiam edições disponíveis completas durante esse tempo. No periódico “A Comarca de Arganil” só existiam edições até ao ano de 2009, como referido anteriormente, e no periódico

“Serras da Pampilhosa”, as primeiras edições disponibilizavam as capas, não estando assim completas. Há, portanto, uma falta de informação entre esses anos que de certa forma, impede um estudo totalmente completo.

Uma segunda limitação diz respeito ao facto de as edições serem, por vezes, pouco informativas nas vertentes procuradas. Principalmente nos últimos meses de cada ano, verificou-se que poucas novidades ocorriam, podendo tornar a informação repetitiva ou muito reduzida. Muita notícia coberta pertencia aos típicos “almoços de convívio” das comissões das aldeias ou aos seus respetivos aniversários. Este tipo de informação não era relevante para este estudo e verificou-se, em alguns meses, que não existiam notícias que fossem pertinentes para colocar nas fichas de leitura.

A terceira limitação encontrada foi, num estado inicial do estudo, entender como filtrar toda a informação que estava a ser analisada. O primeiro ano correspondente a 2001 de “A Comarca de Arganil” é mais extenso e foram analisados todos os jornais do ano como teste de recolha de informação. Verificou-se que muitos tópicos eram repetidos das edições anteriores. Para os anos seguintes, reduziu-se a quantidade de jornais lidos, uma vez que a qualidade de informação retida não foi afetada. Este periódico foi talvez o mais difícil de analisar, uma vez que Arganil não faz parte do concelho de Pampilhosa da Serra, mas sim do concelho de Góis e muita da informação contida pertencia maioritariamente a este concelho, indo mais além a ponto de cobrir notícias de Coimbra.

Estudo de Caso: A Serra do Açor

4.1. Apresentação e caracterização do território

Na região centro-ocidental ibérica, a Cordilheira Central Portuguesa inclui a Serra da Estrela, a Serra da Lousã e a Serra do Açor, sendo que a última é provavelmente a menos conhecida e encontra-se na confluência de três províncias: Beira Alta (BA), Beira Litoral (BL) e Beira Baixa (BB) (Silveira, 2007).

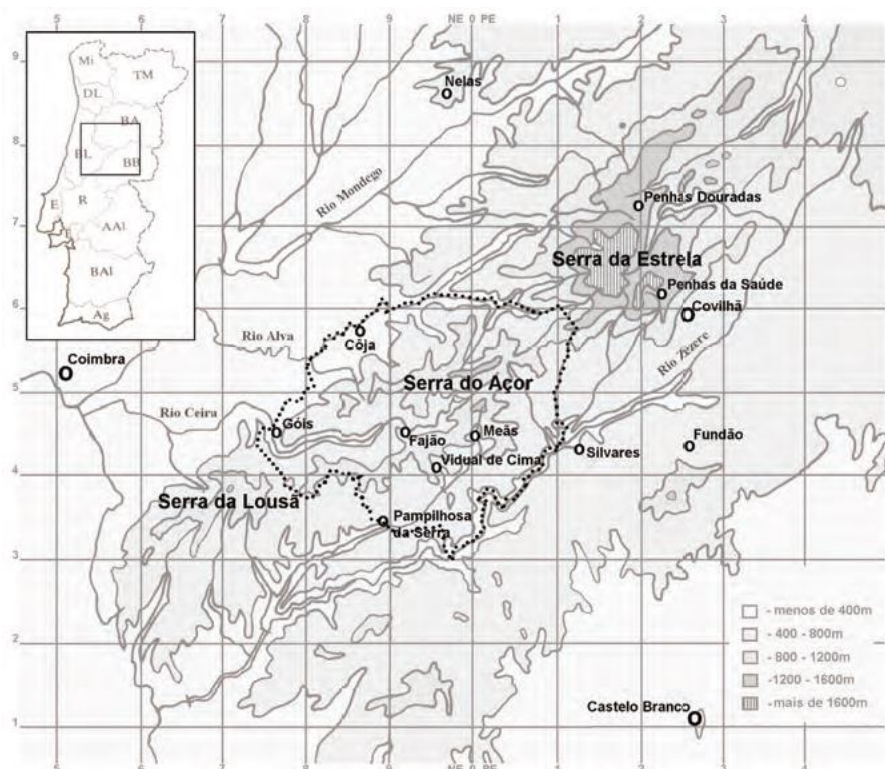


Fig. 4 - Esquema que representa a localização e limites (traço pontilhado) da área de estudo. Fonte: Silveira, 2007.

Este território é conhecido pelas suas elevadas altitudes, onde montes altos condicionam o clima. Os invernos são rigorosos, frios e húmidos, com chuvas fortes e até mesmo nevões e, em contrapartida, os verões são quentes e secos (Henriques, 2020).

As paisagens estão marcadas pela forte erosão das chuvas e pelos cursos de água que se formam nas suas vertentes e é aqui que se pode observar a vegetação mais viva e mais bem preservada. A Serra do Açor encontra-se no Complexo Xisto-Grauváquico, sendo assim um complexo maioritariamente granítico e xistoso que dificulta a fixação de plantas (Silveira, 2007).

A paisagem da Serra do Açor está profundamente marcada pela erosão provocada pelas chuvas e pelos inúmeros cursos de água que se formam nas suas vertentes. O efeito erosivo das águas é acentuado pelos fogos e é nas zonas onde corre água que temos vegetação mais vibrante e mais bem preservada (Silveira, 2007). Existem assim os três rios principais, o Alvoco, o Alva e o Ceira e um número imenso de pequenas ribeiras (Henriques, 2020). Na serra do Açor, existe ainda uma área protegida que abrange uma área de 382 hectares e encontra-se em elevadas altitudes, que variam entre os 400 e os 1016m. A Mata da Margaraça ocupa 68 destes hectares e localiza-se próximo da povoação de Pardieiros. Esta zona é uma das mais primitivas de Portugal, com vegetação antiga que a faz merecer o seu estatuto de conservação. É constituída por castanheiros, nomeadamente a espécie *Castanea sativa*, carvalhos ou alvarinho que coexistem com outras espécies como o azereiro, o loureiro, o azevinho, o medronheiro, a cerejeira, a ginjeira, entre outras, sendo também um local que serve de ecossistema a várias comunidades de plantas, fungos e animais (Paiva, 1981). A Fraga da Pena é um entusiasmante acidente geológico de há muito tempo, que gerou um recanto único por onde corre um curso de água interessante, criando uma cascata de água gelada que visualmente, tem um impacto importante (fig. 5).



Fig. 5 - Fotografias reais da Fraga da Pena. Fonte: a autora. 15/08/2022

Paiva (1981) reconheceu a degradação da mata devido aos cortes, derrubes e incêndios e que se não fossem tais acontecimentos, que esta mata teria coberto a maior parte das serras do Centro de Portugal. Esta floresta permite então a criação de um ecossistema que alimenta uma série de espécies e apresenta características naturais que formam uma paisagem única e digna de se ver.

4.1.1. A problemática do abandono

Ao longo dos anos temos vindo a assistir àquilo a que podemos chamar a inflação urbana versus a deflação rural. No séc. XIX, a população residente em áreas rurais atingia os 97%, enquanto

3% representava a população residente em áreas urbanas. A partir da década de 60, já no séc. XX, começou-se a observar uma alteração, com 87% da população a residir em meios rurais e 27% em meios urbanos. Ao entrar em 2008, a população iguala-se (50% em meios rurais e 50% em meios urbanos). Desde então tem ocorrido um movimento para áreas urbanas, verificando-se em 2021 que 56% residem em áreas urbanas e 44% em áreas rurais (Molinero Hernando et al., 2021).

Em Portugal Continental, como representado na fig.6, verificamos essa mesma alteração a partir da década de 60 do século XX, onde começa uma descida do número de residentes rurais e uma subida de residentes urbanos, sendo que se prevê a continuação deste movimento até 2050.

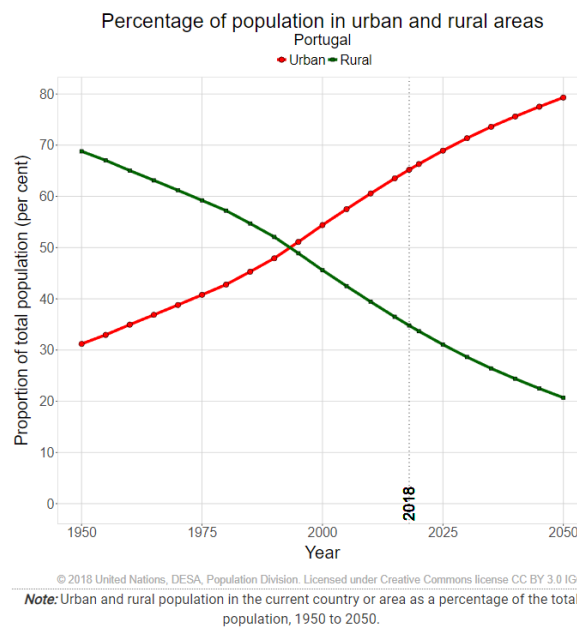


Fig. 6 - Gráfico da representação da população em áreas urbanas e rurais em Portugal desde 1950 até 2050. Fonte: United Nations, 2018

O ano 1960 representa assim um ponto de viragem no abandono das áreas rurais. Enquanto passou a haver um foco nas áreas urbanas e estas cresciam e desenvolviam-se, as áreas rurais foram sendo deixadas para trás. A serra do Açor tinha um terreno e clima agrestes que dificultavam as atividades de agricultura e, para agravar a situação, ocorreram atrasos no desenvolvimento de meios básicos como a instalação de eletricidade, canalização e estradas. Henriques (2020), no seu livro “Castanheira da Serra. Gente que resiste” descreve o percurso que muitas destas aldeias tiveram.

As dificuldades destas povoações iniciavam-se imediatamente pela fonte de alimento que se baseava em frutos como as castanhas (podendo ser usadas em caldo ou como farinha) e medronhos, figos, nozes, etc. e ainda, no cultivo de centeio, favas, cebolas e nabos. A criação de animais era essencial, nomeadamente cabras que suportam andar nas encostas e ovelhas para produção de queijo e lã. A broa era também um alimento muito importante, podendo ser feita de castanha ou bolota. Relativamente aos açúcares e doces, temos ainda hoje o conhecido “arroz doce”, a tigelada e o mel. Era uma alimentação não muito rica, uma vez que se baseava apenas naquilo que conseguiam cultivar e que aguentasse o terreno e clima.

A mobilidade das pessoas era uma dificuldade, atualmente mais ultrapassada, uma vez que só era possível deslocar-se a pé por caminhos difíceis e as viagens duravam muito tempo. Só no início do séc. XX é que se começou a ter a perceção que seria necessário construir um caminho adequado, “uma verdadeira estrada” (Henriques, 2020).

O mesmo acontecia dentro das próprias aldeias, onde as remodelações começaram a chegar, aos poucos. Por exemplo, era necessário reforçar a canalização e em 1952 foram construídos os primeiros chafarizes e bebedouros. No entanto, para a Castanheira da Serra, só em 1967 é que terminaram as obras das ruas da aldeia, como também a canalização no interior das habitações (Henriques, 2020). Os atrasos no desenvolvimento também se refletiram na chegada da eletricidade às aldeias. Logo no início de 1953 foi abordada esta questão para se poder resolvê-la. No entanto, só passado mais de 20 anos é que ela se concretizou, em 1975, dando a oportunidade aos moradores de comprarem os seus primeiros eletrodomésticos (Henriques, 2020).

A educação nestas zonas agrestes era de difícil acesso. Segundo Julieta Pereira, habitante da Castanheira da Serra, a escola mais próxima era a de Porto da Balsa, a cerca de 4km, que demorava 1h a percorrer a pé devido ao terreno. Inicialmente existia um professor que dava aulas na sua própria casa e as instalações não eram apropriadas para receber os alunos. Mais tarde surgiu mesmo uma escola, que já tinha instalações sanitárias e lareiras que ajudavam a aquecer os alunos nos dias de chuva e neve. Esta escola permaneceu aqui até há cerca de uns anos atrás, sendo a última a fechar, onde a professora teve num dos anos somente um aluno, acabando por fechar no final desse mesmo ano. Serve agora de casa de convívio para a comissão, já estando totalmente recuperada. Julieta representa uma realidade daqueles tempos quando diz “o meu pai e os meus irmãos andaram todos nessa escola, iam quer fizesse sol, chovesse ou nevasse. Eu tinha aulas apenas durante meio-dia, pois tinha de voltar para alimentar as cabras e tratar de outras tarefas”.

Muitos dos atrasos de Castanheira da Serra refletem a dura realidade da Serra do Açor. Todos estes condicionantes ajudaram ao abandono das terras e à procura de melhores condições de vida. Ajuda era sempre pedida, por parte das populações e a maior parte das vezes, a resposta chegava demasiado tarde.

Os fogos foram também uma das maiores problemáticas destes territórios. O fogo era um instrumento usado com o intuito de melhorar as pastagens e teve um impacto nas próprias populações da serra. Os solos ficavam desprotegidos e eram arrastados pelas chuvas, deixando a rocha nua e a agricultura teve de se restringir às poucas áreas mais planas onde o arrastamento tinha sido mais suave (Silveira, 2007).

O abandono dos territórios foi contribuindo de forma negativa para o seu desenvolvimento, criando um isolamento ainda maior e acima de tudo, uma dependência dos territórios urbanos perdendo a capacidade de produção, inovação e de atrair população. A OCDE apresenta 4 fatores sucessivos que contribuíram e continuam a contribuir para o declínio das sociedades rurais: (1) baixas densidades populacionais; (2) inexistência de massa crítica para os serviços e infraestruturas; (3) baixos níveis de criação económica; (4) baixa empregabilidade (Vicente, 2017).

80% da população reside nos territórios próximos de centros urbanos e 20% residem em territórios remotos/isolados, representando um quarto de toda a população (OCDE, 2015). Este abandono veio acompanhado de fatores que funcionaram como bloqueio ao desenvolvimento rural sendo eles: (1) as prioridades em termos políticos raramente incidem sobre as questões de desenvolvimento rural e estes territórios não apresentam vantagens políticas sendo por isso, descartados; (2) fraco interesse por parte do estado na criação de um banco de solos que permitisse a entrada de novos agricultores no sector; (3) falta de empreendedorismo no setor da agricultura; (4) ausência de incentivos nas zonas rurais e nas atividades agrícolas e agroindustriais; (5) falta de formação cuja especialização possa ser o empreendedorismo em espaço rural; (Vicente, 2017). O abandono das terras está também fortemente ligado ao despovoamento, ao envelhecimento da população e à migração dos mais jovens. De forma a combater estes bloqueios, é necessário aumentar e diversificar as oportunidades económicas e sociais através do desenvolvimento de infraestruturas de transporte, comunicação e informação, para que os negócios em áreas urbanas possam mover-se para áreas mais rurais (European Commission, 2008).

Na Região Centro, 68 dos 100 concelhos perderam população na última década evidenciando uma tendência para o despovoamento dos territórios do interior que apresentam características rurais. Houve um decréscimo de 4.6% da população entre os anos 1950 e 2011, o que corresponde a uma perda de 1112.837 habitantes. Pampilhosa da Serra registou uma perda de 68.8% da sua população. O envelhecimento da população é um dos fatores que tem vindo a contribuir para o abandono do território, ocorrendo um acréscimo significativo no índice de envelhecimento (relação entre a população idosa e a população jovem) entre 2001 e 2011, sendo o concelho de Pampilhosa da Serra um dos concelhos com os valores mais expressivos (Barros et al., 2019).

4.1.2. Os instrumentos de proteção da Serra do Açor

A Serra do Açor está inserida no instrumento de proteção Paisagem Protegida da Serra do Açor (PPSA), no concelho de Arganil, com altitudes entre os 400m e os 1016m e engloba áreas de interesse como a Reserva natural parcial da Mata da Margaraça e a Reserva de Recreio da Fraga da Pena, atingindo um total de 373.39 hectares. A sua classificação foi feita em 1982 através do Decreto-Lei nº67/82 de 3 de março com o intuito de preservar os valores naturais, culturais, científicos e recreativos: “A serra do Açor apresenta, no Município de Arganil, uma unidade de paisagem cujos valores naturais, culturais, científicos e recreativos justificam seja salvaguardada por estatuto legal adequado, como aliás tem vindo a ser defendido de há muito pelo Município de Arganil”. A PPSA foi inicialmente criada para preservar a Mata da Margaraça que é um ecossistema de muitas espécies, algumas delas raras como também é uma floresta muito primitiva com muito interesse científico e potencial turístico para este território. A sua designação, após criada, gerou um valor à volta desta área de forma que fosse reconhecida (Barata, 2019).

Alguns dos objetivos basearam-se na: (1) proteção de espécies animais e vegetais que apresentassem características raras e valor científico; (2) preservação dos habitats importantes que estabelecem o equilíbrio da vida selvagem; (3) proteção das paisagens; (4) promoção do desenvolvimento sustentado da região, valorizando a interação entre as componentes ambientais e naturais e humanas com o intuito de também melhorar a qualidade de vida das populações ali próximas.

A Paisagem Protegida da Serra do Açor encontra-se associada a alguns protocolos de proteção ambiental. Como o próprio nome “Paisagem Protegida” indica, esta área está incluída na Rede Nacional de Áreas Protegidas, cujo principal objetivo é providenciar à área em questão

um estatuto legal de proteção que permita a manutenção da biodiversidade, dos serviços de ecossistemas, do património geológico, e ainda a valorização da paisagem. Na época da sua criação foram sobretudo valorizados a floresta com vegetação primitiva e o elevado número de espécies e habitats com interesse científico e de conservação presentes na Serra. Como a PPSA é considerada uma responsabilidade de âmbito nacional, regional e local, a sua gestão compete às associações dos municípios ou aos próprios municípios. Assim, em colaboração com o ICNF foi criada a marca Natural.pt que prima pela promoção de um turismo sustentável para as áreas protegidas: promovem os seus produtos e serviços, criam percursos guiados para os visitantes e fazem uma divulgação cuidada e informada sobre a área protegida, promovendo o desenvolvimento sustentável das populações envolvidas (CCDRC, 2021).

Devido à sua condição de ambiente diverso pouco alterado pelo ser humano, a Serra do Açor e, em particular a Mata da Margaraça, são o local ideal para a concentração de diferentes espécies e consequentemente habitats. Assim, a 5 de julho de 2000 o Complexo do Açor passou a estar protegido ao abrigo da Diretiva Habitats (92/42/CEE) como Zona Especial de Conservação, cujo principal objetivo é “contribuir para assegurar a Biodiversidade, através da conservação dos habitats naturais e dos habitats de espécies da flora e da fauna Selvagens, considerados ameaçados no espaço da União Europeia”. A diretiva Habitats faz parte do programa europeu Rede Natura 2000, o principal instrumento de conservação da natureza da UE, que contempla também uma Diretiva Aves (CCDRC, 2021).

Para preservação de áreas rurais, florestais e agroflorestais, principalmente em Portugal, têm-se vindo a detetar obstáculos do tipo económicos, sociais e ambientais que, por sua vez, atrasam muito os objetivos pretendidos. Nomeadamente, no estudo de caso em específico, trata-se de uma zona com terrenos abandonados devido ao isolamento que se tem verificado ao longo dos anos por motivos de procura de melhores condições de vida. Como anteriormente referido, a Serra do Açor (que engloba a Mata da Margaraça) foi uma zona de cultivo extensivo de eucaliptos e pinheiros, no entanto, a rentabilidade não foi o que se esperava, deixando assim as áreas florestais abandonadas e propícias a ameaças mais recorrentes, uma vez que a vegetação autóctone desapareceu pondo em causa a vida que aqui permanece. É então necessário um novo modelo de gestão que permita regenerar este ecossistema, de modo rentável e sustentável. Esta resolução passa por se reconhecer os contributos destas áreas para a sociedade, para além dos produtos lenhosos e não lenhosos como: controlo da erosão, regulação do ciclo hidrológico, conservação da biodiversidade, qualidade da paisagem, oportunidades de recreio e lazer, ou seja, todos os serviços de ecossistemas já também referidos. O não reconhecimento dos

contributos destes serviços de ecossistema é um problema que requer a adoção de políticas públicas de natureza ambiental (Santos et al., 2019).

O Instrumento de Remuneração de Serviços de Ecossistemas em Áreas Florestais e Agroflorestais (RSE_AF) vai permitir conciliar os interesses da sociedade e das gerações futuras e com os proprietários dos terrenos e gestores, incluindo sempre os SE. Apresenta 6 orientações para poder cumprir os seus objetivos, que incluem (1) modos de financiamento que incentivem a mudança, (2) contratos de longa duração (pelo menos 20 anos para os direitos e obrigações incidirem sobre os sucessores dos terrenos), (3) cooperação entre proprietários e gestores dos terrenos, (4) promoção dos SE de modo a que seja reconhecida a sua importância, (5) definição estatal das áreas prioritárias a valorizar, de acordo com os objetivos de Política de Ambiente e outras políticas sectoriais e ainda (6) promoção de eficiência através de mecanismos concorrenciais que evitam que os pagamentos tenham valores superiores aos necessários (Santos et al., 2019).

A parte do financiamento é crucial para se atingir os objetivos. E segundo o RSE_AF, o plano é que os gestores e proprietários deverão candidatar-se ao Projeto Florestal para a Provisão e Remuneração de Serviços de Ecossistemas, com determinadas regras, sendo que estes projetos estão divididos em 2 fases: a fase de investimento e a fase de manutenção (Santos et al., 2019).

A aplicação do SER_AF é financiada pelo Fundo Ambiental e foi “aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros nº121/2019, de 30 de julho, e concretiza-se através do Aviso n.º 13655/2019 do Fundo Ambiental do Ministério do Ambiente e Transição Energética, publicado no Diário da República, 2ª série, n.º 167, de 2 de setembro de 2019”. A área de estudo apresenta um total de 1190 hectares que inclui todo o território da PPSA que inclui a Mata da Margaraça e toda esta zona está também abrangida pelo Programa Regional de Ordenamento Florestal do Centro Litoral (PROF Centro Litoral). As entidades de Gestão Florestal, Organizações de Produtores Florestais e as Entidades Gestoras de Baldios necessitam de garantir estas medidas de modo a atingir o objetivo de gestão e preservação da floresta (Santos et al., 2019).

A área de intervenção lançada em 2019 apresentava 120 hectares, sendo que a Mata da Margaraça é, de certo modo, um modelo a seguir para as áreas que partilham os seus atributos ecológicos, ou seja, pretende-se que haja uma evolução de recuperação semelhante à da Mata. No entanto, os objetivos são diferentes para cada zona da Serra do Açor, mas com um fim comum: reabilitação e preservação de modo a diminuir a suscetibilidade ao fogo e aumentar a capacidade de alimentar os animais domésticos e bravios (Santos et al., 2019).

O modelo de gestão atualmente desenvolvido para a Mata da Margaraça está incluído na Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade 2030. Esta estratégia aprovada em 2018, está assente em três princípios: melhorar o estado de conservação do património natural (enquadra-se aqui o exemplo do novo instrumento de Remuneração de Serviços de Ecossistemas em Áreas Florestais e Agroflorestais); promover o reconhecimento do valor do património natural (atualmente desenvolvido pelo projeto Life-Relict e pela rede Natural.pt, bem como todos os outros órgãos associados); e fomentar a apropriação dos valores naturais e da biodiversidade pela sociedade (REA, 2021).

Para além destes princípios que servem como guia, a ENCNB 2030 tem como objetivo a criação do Sistema Nacional de Áreas Classificadas, que visa integrar num só órgão a Rede Nacional de Áreas Protegidas e a gestão nacional Rede Natura 2000.

As ações de regeneração na Mata da Margaraça estão alinhadas com a Agenda 2030 das Nações Unidas por meio do ODS 15 – proteger a vida terrestre, expressas pela mobilização de recursos significativos para financiamento da gestão florestal sustentável, visando o combate ao solo degradado, restauração do habitat natural, travar a perda de biodiversidade, proteger e evitar a extinção de espécies ameaçadas, bem como reduzir o impacto de espécies exóticas invasoras, ampliando os esforços de reflorestação. O projeto também atende ao ODS 13 no combate à crise climática e seus impactos e ao ODS 11, fortalecendo esforços para proteger e salvaguardar o património cultural e natural do mundo (Nações Unidas, 2021; ODS, 2022).

4.1.3. Turismo criativo nas Aldeias do Xisto

A problemática do abandono tem-se verificado ao longo dos anos em Portugal e tem conduzido a alterações nas estruturas demográfica, económica e social. As dinâmicas rurais são, de uma certa forma, indissociáveis das políticas públicas da União Europeia, particularmente a Política Agrícola Comum e a Política Regional. A primeira foca-se na agricultura e nas orientações produtivistas as quais caracterizam o período desde os anos 60 aos anos 80, enquanto a segunda destaca-se por programas de desenvolvimento potencial regional, programas de promoção e valorização de recursos endógenos e ainda por instrumentos integrados de base territorial (Carvalho & Alves, 2017).

O programa designado LEADER (Ligação Entre as Ações de Desenvolvimento da Economia Rural), um programa de iniciativa comunitária, foi de extrema importância e destacou-se pela programação e gestão do território em zonas a necessitar de intervenção. Baseou-se em parcerias entre diversos agentes de desenvolvimento local: autarquias, associações, empresas e privados (Carvalho & Alves, 2017).

Este programa pretendia assim iniciar a cooperação entre a administração pública e parceiros do setor privado, gerando motivação particular quanto ao sucesso de projetos de onde surgiam resultados positivos. Possui cinco eixos estruturais: a competição, uma abordagem *bottom-up*, uma estratégia integrada, parcerias e construção/partilha de capacidades e informação (Vicente, 2017). LEADER passou então a ser usado como a ferramenta de trabalho para a implementação das medidas relacionadas com a qualidade de vida e a diversificação económica rural, após a aprovação do FEADER (Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural) que tinha três objetivos: (1) aumento da competitividade da agricultura e silvicultura; (2) melhoria do ambiente e da paisagem rural; (3) promoção da qualidade de vida nas áreas rurais. Assim abriram novas oportunidades no mundo rural, para os territórios e também para as suas populações (Carvalho & Alves, 2017).

A animação turística tornou-se assim um foco para estas zona de intervenção, com intenção de desenvolver estes territórios. Segundo o Decreto-Lei nº95/2013, a animação turística “são todas as atividades lúdicas de natureza recreativa, desportiva ou cultural, que se configurem como atividades de turismos de ar livre ou de turismo cultural e que tenham interesse turístico para a região em que se desenvolvam”, fazendo ainda a referência em como estas animações têm, sem dúvida, de criar e promover uma experiência. E estas experiências são relacionadas com as atividades do quotidiano das comunidades, como por exemplo, gastronomia, artesanato e as suas técnicas, tradições e possíveis pinturas, literatura, teatro e tudo o que possa permitir aos visitantes desenvolver o seu potencial criativo (Carvalho & Alves, 2017).

O Programa das Aldeias do Xisto foi criado em 2001 pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (CCDRC) desenvolvendo-se como uma das principais linhas da “Ação Integrada de Base Territorial do Pinhal Interior (AIBT-PI) sendo integralmente financiado pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER). A AIBT-PI constitui 21 concelhos num total de 510 mil hectares, onde 14 destes foram selecionados para beneficiarem do Programa das Aldeias de Xisto. Atualmente temos 17 concelhos com um total de 28 Aldeias do Xisto que constituem a Rede das Aldeias do Xisto, sendo que em Pampilhosa da Serra temos as aldeias de Fajão e Janeiro de Baixo (Alves, 2013).

Esta rede de aldeias engloba várias tipologias de aldeias, e não apenas aldeias construídas em xisto, dependendo também do granito ou quartzito e ainda da própria riqueza da história do lugar. Em certas aldeias, onde famílias eram mais ricas que outras, é possível observar casas rebocadas, ao invés da tradicional habitação de xisto. Por vezes, por causa do abandono, são também visíveis habitações por reabilitar. O projeto AIBT pretendia restaurar as potencialidades destes territórios, desde as suas aldeias (arquitetura), cursos de água e percursos, ou seja, uma reabilitação física, mas também social (Castanhas, 2020).

Relativamente à arquitetura, o xisto era a matéria-prima mais utilizada na construção de habitações, juntamente com argamassa de terra. As coberturas eram também de xisto colocado sobre traves de madeira, sobreposto em “escamas” (Henriques, 2020). O xisto é um material com propriedades e características físicas, químicas e mecânicas importantes como, por exemplo, a sua permeabilidade, resistência, durabilidade, flexibilidade e capacidade isolante que tornam este material excelente para construção (Castanhas, 2020).

Normalmente as habitações são sempre compostas por dois pisos, onde no rés-do-chão estão as “lojas” que serviam para guardar o gado e outros utensílios e no piso superior encontram-se os quartos, cozinha e sala (com lareira). Os quartos, por sua vez, eram muito pequenos, mesmo sendo destinados a famílias numerosas e os tetos eram sempre baixos, normalmente sem proteção entre o teto e o espaço habitacional (Henriques, 2020).

Este tipo de construção é típico da serra do Açor, sendo que as aldeias são conhecidas pelas “Aldeias de Xisto” e existe uma vontade de preservar este traço para meios paisagísticos, mas também para preservar a memória destes locais.

Este programa foi pensado com o propósito de criar uma marca própria, uma identidade para estas zonas. Pretendia-se ensinar a população sobre as áreas do turismo, tecelagem, pedreiros do xisto, gastronomia, entre outras, com o objetivo de fixar a população e não perder a vida destas aldeias, porque ao fazer-se isso aumenta-se o turismo, mas mais importante, aumenta-se a procura por outro tipo de vida. Ou seja, uma aldeia com vida, com trabalhos, com movimento, é uma aldeia que representa oportunidades para quem quer sair da cidade e instalar-se no meio rural, na tranquilidade. É uma maneira atrativa de chamar pessoas, quer sejam estrangeiros, quer não (Castanhas, 2020).

No início do séc. XXI surgiu também um plano financiado pela União Europeia como resposta ao abandono das habitações e consequentemente, as suas ruínas. O objetivo era a requalificação do território e devido a esta requalificação, atualmente, é preservado o património arquitetónico e cultural, ou seja, faz-se a recuperação das habitações mantendo a arquitetura ligada ao xisto que é realçada pelas portadas, janelas e varandas de madeira como mostrado na fig. 7 (Castanhas, 2020)



Fig. 7 - Habitações remodeladas com a preservação do xisto à vista e da madeira como portadas e varandas. Fonte: a autora. 07/07/2023



Fig. 8 - Reconstrução da casa da minha bisavó, Maria do Céu, com preservação do xisto e portadas em madeira. Fonte: a autora. 24/12/2022

Manter a tradição do xisto veio também da compreensão de desenvolvimento sustentável e dos impactos ambientais de modo que as construções passaram a ter de responder a um conjunto de exigências: autenticidade, durabilidade e compatibilidade (tabela 2). Relativamente às próprias habitações das “aldeias de xisto”, as alterações têm vindo a ser feitas como já anteriormente referido e podem continuar a fazer-se desde que cumpram alguns pontos principais: **(1)** as formas e dimensões dos espaços devem respeitar a tradição da aldeia; **(2)** os materiais utilizados devem ser mantidos ou o mais aproximado possível; **(3)** os materiais não devem alterar a imagem da aldeia; **(4)** deve existir uma coerência entre as novas construções e as pré-existentes; **(5)** a nova construção deve assumir uma imagem contemporânea permitindo a distinção. (Castanhas, 2020)

| Tipo de exigência | Descrição |
|--------------------------|---|
| Autenticidade | Deve ser garantida na escolha e no uso dos materiais, respeitando e mantendo os materiais originais, pois as soluções construtivas e os materiais utilizados formam um todo insubstituível. |
| | A autenticidade estética tem de ser mantida, preservando ideias arquitetônicas que construíram, alteraram e reinterpretaram os espaços e refletiram o espírito das diversas épocas que o edifício atravessou. |
| | Manter a integridade histórica dos elementos dos edifícios, recusando qualquer intervenção que altere ou falsifique essas evidências. |
| | Garantir a autenticidade construtiva e tecnológica, preservando o conhecimento das tecnologias utilizadas e disponíveis nas diversas épocas construtivas. |
| Durabilidade | Nas obras de reabilitação de edifícios antigos devem ser aplicados materiais e tecnologias testados e que apresentem garantias de durabilidade, uma vez que aplicar materiais com períodos de vida útil reduzidos, num imóvel consideravelmente antigo, corresponde ao transporte de problemas para um futuro a curto prazo. |
| Compatibilidade | As diversas características físicas, químicas e mecânicas dos novos materiais devem ser ponderadas em termos de compatibilidade com os materiais existentes na construção a reabilitar, devendo ainda ser garantida a reversibilidade do aplicado. Normalmente, o recurso a técnicas tradicionais é o mais recomendável, mas nem sempre é possível. A grande diversidade de materiais e novas soluções disponíveis no mercado exige uma seleção exigencial de modo a que se garanta um determinado desempenho e que não se ponha em causa (por incompatibilidade) a durabilidade do preexistente. |

Tabela 2 - Principais exigências de garantia de qualidade nas intervenções de reabilitação. Fonte: Tatiana Castanhas (2020)

A arquitetura é um aspeto muito importante a preservar nestes territórios, não só pela beleza que representa, mas também enquanto conjunto urbano, aldeia:

Estas aldeias permitem-nos ser nós mesmos, permite-nos experienciá-la, desenvolvendo sensações e emoções positivas relacionadas ao espaço físico, criando consciência, ou seja, memórias desta experiência. Ter o som dos pássaros, como música de fundo, passear por entre as verdejantes serras que abraçam estas aldeias, os cheiros que nos fazem lembrar os nossos avós, esta harmonia e calma que se faz sentir tranquilizantes, permitindo-nos para o tempo (Castanhas, 2020, p. 51-52).

Dito isto, os lugares passaram a ser integrados em rede com envolvimento de setores públicos e privados para os lugares poderem tirar melhor proveito dessa integração, surgindo assim a “Rede das Aldeias de Xisto”. Para promover as Aldeias de Xisto como produto turístico criou-se a Agência para o Desenvolvimento Turístico das Aldeias de Xisto (ADXTUR), que envolve 19 municípios e 230 operadores privados que atuam no território com o objetivo de promover a marca, eventos turísticos e de animação, dinâmicas locais de desenvolvimento sustentável e valorizar recursos endógenos (Alves, 2013).

No que toca à componente social, os pilares do turismo nestes territórios são: alojamento, praias fluviais, percursos pedestres, trilhos e centros de BTT e lojas com produtos tradicionais. Em 2017, realizou-se uma análise ao calendário de eventos destas Aldeias do Xisto no período entre 2014 e 2016. Nestes três anos realizaram-se 417 eventos de diferentes tipos de atividade, podendo ser científicos, culturais, desportivos, educacionais, promocionais e focados na natureza. O estudo revelou que cerca de 50% dos eventos são culturais e 33% são ligados à natureza, sendo estes os dois os mais recorrentes. Pelo contrário, apenas cerca de 8% dos eventos são de carácter científico, 1,7% de carácter promocional e 1% de carácter educacional. Verificou-se ainda que os meses considerados como época alta (junho a setembro) englobam o maior número de eventos (39.1%) nestes três anos, enquanto os meses de janeiro e fevereiro são os meses com menos eventos (5.8%). Os autores concluem assim que a agenda de eventos inseridas no calendário de animação do território Aldeias do Xisto procura, de certa forma, contribuir para a minimização do efeito da sazonalidade, disponibilizando, ao longo do ano, uma diversidade de atividades de carácter distinto de forma a capturar visitantes que queiram experienciar os costumes e tradições destes territórios. De todos estes eventos, apenas 5.3% se localizaram no concelho de Pampilhosa da Serra (Carvalho & Alves, 2017).

Apresentação e Discussão dos Resultados

5.1. Consequências atuais do abandono rural

Após a leitura dos periódicos, um dos temas mais comuns entre todos, é o tópico do abandono rural e a diminuição da população. As soluções demonstradas ao longo do tempo têm surgido como forma de combater este movimento. Logo no primeiro jornal avaliado, “A Comarca de Arganil” em 2001, foi feita uma entrevista ao presidente da comissão de melhoramentos de Malhada, que refere: “As pessoas fixam-se onde conseguem um emprego, onde ganham dinheiro que lhes permita fazer uma vida digna..., mas os tempos mudaram e as exigências são outras. Os acessos ao estudo, à cultura, à vida moderna, ficam muito longe e as pessoas vão embora” (Machado, 2001, p. 31).

Fernandes (2001) coloca-nos ainda a seguinte questão:

Hoje, todas as aldeias dos concelhos de Arganil, Góis e Pampilhosa da Serra, salvo raríssimas exceções, encontram-se semi desertas, com pessoas envelhecidas, escolas fechadas por falta de alunos, terras que foram cultivadas e agora estão ao abandono, onde crescem silvas, mato e os mais variados arbustos, uma calamidade que faz doer o coração e dos olhos brotam lágrimas de uma infinita tristeza. Onde é que tudo isto irá parar? Que futuro está reservado a estas belas e encantadoras aldeias da montanha? Porque se chegou a este estado de tamanha desertificação? Como se poderá inverter e remediar esta situação aflitiva e desesperante da morte das aldeias serranas? (p. 7).

Em 1973 foi realizado um inquérito no município de Pampilhosa da Serra destinado a um levantamento das necessidades nos setores do (1) abastecimento de água, (2) vias de comunicação, (3) transportes públicos, (4) eletrificação, (5) serviço postal, (6) telefone, (7) ensino, (8) saúde e saneamento. Posteriormente, o inquérito foi enviado aos departamentos governamentais com responsabilidades nas matérias inquiridas. Do inquérito, verificaram-se que 37 povoações continuavam a abastecer-se de água em condições anti-higiénicas, poucas tinham acessos seguros e 14 delas estavam completamente isoladas. Os transportes serviam apenas 8 povoações. Apenas 35 povoações tinham eletricidade e 7 dispunham de correio. 43 tinham posto público de telefone, em 70 havia telefones particulares e 22 encontravam-se completamente isoladas nesta matéria. Já no sector de ensino, existiam 39 escolas primárias

para servir as crianças de 109 povoações, o que levava a muitas crianças a percorrerem longas distâncias a pé. No domínio da saúde, existia um médico para prestar assistência a todas as povoações. Quanto ao saneamento, não havia rede pública de esgotos e apenas 3 povoações dispunham de sanitários públicos. As condições de acesso também eram inferiores ao desejado. O inquérito revela assim “um chocante atraso nas nossas aldeias em relação a benefícios civilizacionais que gerações de pampilhosenses desconheciam” (Pacheco, 2016, p.9).

Para além das evidentes barreiras ao longo do ano que estas povoações têm de ultrapassar, uma das graves consequências do abandono, que ainda se encontra muito presente, é o abandono das terras que, por sua vez, tornam os territórios mais propícios ao aparecimento de espécies exóticas invasoras e facilitam a propagação dos fogos. A gestão dos terrenos e ordenamento do território tornam-se mais difíceis de aplicar. Temos como exemplo a espécie invasora das Mimosas, tópico também recorrente na avaliação dos periódicos, que em 2016 foi avaliada como uma das espécies mais invasoras desta zona e que está a ganhar cada vez mais terreno. As Mimosas surgem com o início do calor e, aparentemente, são muito elegantes e bonitas ao olhar, mas escondem impactos negativos ecológicos para os ecossistemas circundantes (Simões, 2016, fevereiro). O mesmo se aplica à invasão do eucalipto muito visível na freguesia de Côja onde:

os proprietários dos terrenos, desejosos de se livrarem dos terrenos, vêem-se agora repletos desta praga que substitui as matas naturais e os pinhais. Os terrenos ocupados não dão rendimentos, mas também não dão despesa. Aqueles que não querem vender, de repente, encontram-se rodeados por outros terrenos vendidos e acabam por ceder. Esta dinâmica desvaloriza ambientalmente as povoações como também perde o interesse para possíveis investimentos como por exemplo, a construção de novas habitações (A invasão do eucalipto, 2002, p. 11).

Outro dos grandes impactos sentidos nas diversas populações continua a ser o atraso nos possíveis avanços e melhoramentos das aldeias. Caracterizado como um território de baixa densidade populacional e muitas vezes desvalorizado, os percursos para reverter a posição em que se encontram são longos e dolorosos. Da análise dos periódicos são realizadas entrevistas a indivíduos que têm vindo a tentar fazer a diferença nestas pequenas aldeias da Pampilhosa. Maria de Lurdes faz parte da direção da comissão da aldeia de Porto da Balsa e relembra que a aldeia ficou muito deserta com as pessoas à procura de melhores condições de vida. Maria de Lurdes é alguém que tenta combater este processo e melhorar a sua aldeia: requalificar e

recuperar o antigo edifício da escola primária, recuperação do moinho, criação de uma praia fluvial, criação de postos de trabalho referindo que o maior obstáculo é sempre em termos socioeconómicos e financeiros (Simões, 2017, janeiro). A mesma resposta foi dada por Maria do Céu de Brito, presidente da Comissão de Melhoramentos da Castanheira da Serra em Simões (2017, junho) quando perguntada quais as maiores dificuldades: “são a nível socioeconómico e dependente do poder local” acrescentando:

faltam meios de deslocação dos residentes aos serviços médicos, sociais, farmácias e outros, já que a maioria são pessoas idosas e com recursos económicos baixos. (...) O telefone fixo avaria frequentemente; a rede móvel não existe, e sendo os residentes pessoas com idades avançadas, os familiares sentem grandes constrangimentos pela falta de contactos. Já foram feitas várias diligências ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Fajão e Vidual no sentido de ser instalada uma antena para comunicações móveis, única forma deste problema ser ultrapassado. Também temos necessidade de melhorar ruas que se encontram em mau estado, mas não é possível só com os nossos meios financeiros (p.11).

Síntese

A realidade de há 43 anos, não é, felizmente, a realidade dos dias de hoje, mas teve um impacto indiscutível nestas populações. Coloco-as muito atrás das restantes. Criou-se assim uma situação muito difícil de reverter. Atualmente, as épocas mais movimentadas para estas povoações são as épocas festivas, nomeadamente, o verão. Nas épocas menos movimentadas, os negócios locais têm mais dificuldades já para não esquecer que as escolas já praticamente não existem para os mais novos, os transportes são também inexistentes e as aldeias ficam muito reduzidas em número. Por exemplo, Porto da Balsa, de momento, só tem um casal com residência fixa o ano todo. Castanheira da Serra apresenta nove habitantes ao longo do ano. Estes números duplicam ou triplicam no verão.

É possível compreender os impactos do abandono rural, iniciado nos anos 60, ainda no séc. XX. As aldeias e as suas populações são, por muitas vezes, esquecidas e colocadas em segundo plano. Mas é também compreensível o porquê do abandono inicial. O desenvolvimento tardio, as falsas promessas de melhoramentos que só chegariam anos mais tarde, obrigaram à procura por melhores condições. Um conjunto de situações levou ao isolamento de quem permaneceu. As medidas aplicadas durante muito tempo não se enquadravam, por exemplo, com o novo paradigma, com a interação de terceiros, de novas leis, de novos investimentos, de novos pontos turísticos. O séc. XXI veio introduzir, aos poucos, algumas dessas inovações. Mas nada vem

sem obstáculos, nomeadamente, por questões financeiras e políticas, tudo tem o seu tempo. Uma coisa é certa, se não houvesse quem resistisse a estas barreiras, não teríamos o lugar que temos hoje, a Serra do Açor não seria conhecida pelas suas paisagens, pelo seu xisto, pelas suas filhós, pelas suas praias fluviais e muito mais. Estes tipos de territórios necessitam de ser avaliados pelos seus benefícios e potenciais naturais, sociais, económicos, tradições, gastronomia e ao mesmo tempo, avaliados nos seus pontos menos positivos para poderem ser aplicadas medidas que façam sentido.

5.2. Consequências dos incêndios florestais

Um dos maiores marcos na história deste território e entre os Pampilhosenses foram os incêndios de 2017. Mas já no ano de 2001 recordam-se os incêndios que cobriram grandes extensões de floresta muito próximo da vila de Côja, instalando o pânico e o desespero já com grandes suspeitas de ação humana. Sendo que na época de verão no ano 2001 se verificaram alguns incêndios em Benfeita, Arganil e Fajão (Ainda os mini-paráquedas, 2001). Em 2002 arderam 490 hectares de floresta e entre 1980 e 2002 mais de 51.000 hectares, ou seja, em 20 anos, ardeu pelo menos três vezes a área florestal do concelho (Gonçalves, 2003).

Ainda em 2002, o ministro da Administração Interna prometeu novas medidas no combate aos incêndios e entrega de meios aéreos, mas a pergunta mantém-se:

Mas residirá só na questão dos meios, o problema de combate aos incêndios? Parece que não, por que, não obstante a sua progressiva melhoria este ano já se registaram mais incêndios do que em igual período anterior. (...) De acordo com as informações fornecidas pelo Inspetor Nacional de Bombeiros 98% dos fogos registados em Portugal têm origem humana. (...) É sabido que os fogos florestais não se combatem, mas sim previnem-se, função que compete, obviamente, aos Sapadores Florestais de quem se espera uma ação profícua num setor que tem estado apenas sujeito à ganância (Ventura, 2002, agosto, p.14).

Em 2005 relata-se a altura de Verão coberta de cinzas, é “uma altura de convívio e alegria coberta pelos vestígios dos fogos”. Fogos estes que cobriram os concelhos de Oliveira do Hospital, Arganil e Pampilhosa da Serra (Ventura, 2005, agosto, p.12).

Chegamos ao ano de 2017 com mais de 10.000 hectares ardidos onde várias aldeias estiveram em perigo, muitas chegaram a ser evacuadas e o Plano Municipal de Emergência teve

de ser acionado. A estimativa de recuperação de habitações e estradas era de 3 milhões de euros. Este foi um ano muito quente com temperaturas a rondar os 40°C e o vento era muito forte. As condições estavam propícias à propagação dos incêndios (Simões, 2017, julho). Os incêndios de 2017 ficaram registados na história como dos piores do concelho com 1 morto, 1 ferido grave e mais de 50 feridos ligeiros, 20 desalojados, 500 casas afetadas, 264 com perda total. Numa questão de quatro meses, ardeu 80% da área do concelho, onde mais de 50 aldeias foram afetadas. (Simões, 2017, outubro). A dimensão dos incêndios foi de tal forma que apoios e ajudas prolongaram-se no ano seguinte. A freguesia de Póvoa recebeu um conjunto de voluntários para plantar diversas plantas, a freguesia de Fajão-Vidual recebeu descendentes da freguesia para ajudarem na reconstrução do território, reposição de água, alimentos para os animais e plantações. Houve ainda um concerto solidário de apoio aos lesados nos incêndios em que as receitas eram revertidas integralmente para as vítimas dos incêndios de Pampilhosa da Serra (Solidariedade e União fazem renascer a Póvoa, 2017). Em 2018, os apoios continuaram: os taxistas ofereceram 2000 árvores de fruto ao concelho; em ponte de Fajão foram distribuídas cerca de 350 árvores entre sobreiros, castanheiros e árvores de fruto; a freguesia de Cabril recebeu voluntários do CAMTIL (Associação de Campos de Férias) que carregaram lenha, fizeram paredes, limparam levadas, cortaram árvores e arbustos (Simões, 2018, abril; Trindade, 2018). Outras medidas começaram a ser implementadas, como por exemplo, o município interveio para travar a erosão dos solos onde lançaram concursos de obras de construção de taludes com a madeira queimada dos incêndios, um investimento na ordem de 1 milhão de euros assegurado entre o Município e o Ministério do Ambiente (Simões, 2017, dezembro). Já em 2018, a lei nº10/2018 de 14 de fevereiro reforçou a obrigatoriedade de limpeza dos terrenos onde os proprietários tinham de limpar a vegetação em redor das casas até 15 de março, caso contrário, tinham de pagar coimas que duplicaram em valores (Simões, 2018, fevereiro). O Município mostrou ainda apoio para a reconstrução de casas de segunda habitação ardidas, sendo acionado o Fundo de Apoio Municipal (Simões, 2018, setembro).

Uma das maiores preocupações dos impactos dos incêndios é o agravamento da invasão por espécies de plantas exóticas, nomeadamente as Mimosas:

Se a sua gestão não for considerada de uma forma proactiva, essa invasão não só ocupará áreas muito extensas mas poderá mesmo colocar em risco o sucesso de ações de recuperação. É essencial que esta gestão seja adaptada à resposta das plantas (tanto invasoras como nativas) e planeada a longo-prazo. Uma só intervenção de controlo muito raramente é suficiente para controlar uma planta invasora. (Simões, 2018, março).

Em 2019, iniciaram-se as obras de reabilitação de infraestruturas municipais cujos estragos foram provocados pelos incêndios de 2017. São cerca de 3 milhões de euros de despesa comparticipada a 100% pela EU. No entanto, como a candidatura aos fundos não foi antecipadamente aprovada, o Presidente da Câmara José de Brito, foi obrigado a cancelar alguns projetos típicos do concelho como o evento “Inspira Natal e Festival da Filhó espichada” porque os gastos para as recuperações das casas ardidas eram muito superiores àquilo que podiam dispensar (Simões, 2019, outubro).

Síntese

Os impactos dos incêndios são de longa duração. Nos meses do verão, o terror é instalado, mas não termina por aí pois afetam as serras, florestas e biodiversidade, afetam as populações e o seu dia-a-dia, afetam os planos e orçamentos do estado para o concelho nesse ano, afetam as águas dos rios, afetam o turismo, afetam as habitações e o “ganha-pão” das povoações. Fala-se muito sobre a mão do homem nas origens dos fogos, então questionamo-nos, porque é que continua a acontecer, uma vez que, se não são de origem natural, existe forma de prevenir. No relatório do (ICNF, 2013), verificou-se que entre os anos de 2003 e 2013, 42% dos incêndios foram intencionais, 2% foram de origem natural e 56% foram de origem negligente. No concelho de Coimbra, 51,6% são de origem negligente. Já no ano de 2017, foi ano com o 6º valor mais elevado de número de ocorrências e o valor mais elevado de área ardida desde 2007. O distrito de Coimbra foi o mais afetado com 113.839 hectares. O ano de 2017 foi, até à data, o ano mais severo dos últimos 15 anos (ICNF, 2017). O ano de 2017 serviu como catalisador para um grande investimento na área de prevenção contra os incêndios, em substituição ao investimento normalmente feito no combate. O investimento subiu mais de 11 vezes desde 2017, totalizado 324 milhões de euros em 2022, sendo o primeiro ano onde o montante investido em prevenção é superior do que o investido em combate. Este investimento está balizado pelo Plano Nacional de Ação (PNA) que contém 97 projetos que deverão ser executados até 2030 e tem um orçamento global previsto de 7000 milhões de euros, onde a maior parte será financiado através de fundos comunitários na área de proteção do ambiente, capacitação das instituições e da proteção das comunidades. O plano está assente em quatro eixos: (1) valorizar os espaços rurais – identificação dos proprietários dos terrenos rústicos; (2) cuidar dos espaços rurais – assegurar o tratamento de 1.2 milhões de hectares e assegurar a exploração florestal de pinhais, eucaliptais; (3) modificar comportamentos – reduzir em 80% as ignições; (4) gerir o risco eficientemente (Oliveira, 2023).

5.3. Contributos e evolução do território

Apesar dos atrasos evidentes em Pampilhosa da Serra, são inegáveis os esforços realizados para atrair mais população, inovar as aldeias e manter as tradições e costumes. O séc. XXI tem apostado seriamente em projetos relacionado com a área de turismo como impulsionador destes territórios, usando a gastronomia, cultura, costumes, paisagens e natureza.

Em 2001, na região da Beira da Serra, o projeto LEADER II consistiu em dotar 35 escolas do 1º ciclo do ensino básico das aldeias mais isoladas de equipamento informático ligado à internet como forma de melhorar as condições para os mais jovens e não existir a necessidade de procura de outro local. Ocorre ainda o evento BTL (Bolsa de Turismo de Lisboa) que, posteriormente, vai ser um evento anual onde se promove as potencialidades turísticas com a intenção de sensibilizar para proteção da natureza, de forma a criar estratégias para captar pessoas para passarem férias em zonas mais rurais. A ABIDER (Associação de Desenvolvimento de Góis e da Beira Serra) desenvolve atividades com alunos estrangeiros para terem contacto próximo com projetos e programas de desenvolvimento por esta associação como o LEADER II, com o objetivo de potenciar a troca de experiências com outras realidades e possivelmente desenvolver parcerias com projetos estrangeiros (ADIBER recebe estudantes franceses, 2001). É ainda em 2001 que se inicia a construção das praias fluviais, como por exemplo, a praia fluvial de Camba, barragem de Santa Luzia, em Vidual de Cima e Janeiro de Baixo. Projetos de maiores dimensões como a pousada de Piódão abrirão ao público mais tarde. Esta pousada foi aprovada e financiada no âmbito do “Programa das Aldeias Históricas”, com a participação do Instituto de Financiamento e Apoio ao Turismo (Deputado Ricardo Castanheira aborda a questão da Pousada do Piódão, 2001). A ABIDER apresenta um projeto de recuperação total do couto mineiro, em parceria com a Câmara Municipal de Góis, no âmbito da AIBT, nas vertentes de turismo, formação profissional, criação de microempresas e equipamentos culturais (Passado revisitado através das minas de volfrâmico, 2001).

As lutas da renovação das estradas persistem ao longo dos anos. Mesmo após muitos melhoramentos, a EN 342 que liga a vila de Côja a Arganil, Vila Cova de Alva e Avô continua em reparação ainda em 2002. No entanto, é em 2002 que se dá a inauguração da pousada do Piódão tanto esperada, que tem como objetivo promover o turismo e criar postos de trabalho na área da hotelaria, é também quando se dá a inauguração da praia Fluvial da Camba com a intervenção da ADIBER (Ventura, 2002, maio).

Em 2003, no âmbito do projeto “Aldeias de Xisto”, são concluídas as obras em Benfeita com promessas para continuação de melhoramentos da aldeia (Ventura, 2003, maio). Em 2004

surge a revista como acompanhamento ao programa “Aldeias de Xisto” integrada no Programa Operacional da Região Centro e editada pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (CCDR), com o objetivo de divulgar a forma como a intervenção está a decorrer em cada uma das aldeias envolvidas, promovendo a identidade da região. É também em 2004 que se cria a Comissão de Apoio ao lançamento de Iniciativas Turísticas que pretende atuar em duas fases: (1) na 1ª fase abrangendo as aldeias do Açor inclusive; (2) na 2ª fase alargamento das atividades da Comissão a outras localidades com as mesmas características com a finalidade de dinamizar o turismo mas também de "potencializar o património natural, valorizar o património arquitetónico, revitalizar o património gastronómico, incentivar atividades e produtos endógenos, promover tradições musicais e culturais" entre muitas outras (Comissão de Apoio ao lançamento de Iniciativas, 2004, p. 10). Em 2005, a Associação de Freguesias finalmente preserva a Mata da Margaraça através de uma parceria realizada com o Instituto de Conservação da Natureza (ICNF), sendo ainda descrita como “o maior laboratório de céu aberto” devido às espécies existentes e riqueza do território com ainda muito por explorar (Ventura, 2005, julho). Foi também colocado um decreto de lei 127/2005 que estabelece o regime de criação de Zonas de Intervenção Florestal (ZIF), que permite uma intervenção mais específica no ordenamento e gestão florestal (Alves, 2005).

Em 2006 deram-se as Jornadas do mel, medronho e medronheiro com o intuito de continuar a promover os potenciais da zona da beira-serra e de forma a mostrar o potencial da plantação de medronho: Segundo Ricardo Jacinto, a representar a associação dos produtores florestais do Sudoeste Algarvio, salienta que a silvicultura do medronheiro contribui para a fixação da população, protege e reabilita os solos e apresenta uma ótima regeneração após queimada. Tudo vantagens que poderão beneficiar o concelho, inclusive a rentabilidade económica que pode trazer: "o melhoramento do medronheiro é decisivo para a consolidação da espécie como fator de produção inserido no modelo de sustentabilidade florestal" (Duarte, 2006, julho, p.6). Em termos de rentabilidade, refere-se que o medronheiro é muito procurado pela aguardente de medronho e é utilizado em projetos de arborização, compotas e doces e incremento da folha de corte no mercado de comercialização, contribuindo ainda para o equilíbrio da fauna e flora, diminuição da erosão e aumento da biodiversidade (Duarte, 2006, julho). Em 2007 surge a parceria entre a ADIBER, Duaceira e Caixa de Crédito, em que assinam um protocolo de implementação de microcrédito na região de Arganil para quem quer iniciar o próprio negócio. No entanto, neste caso, o concelho de Pampilhosa da Serra não se encontra incluído neste protocolo, sendo à mesma um marco importante de forma a promover atitudes empreendedoras e criação de emprego (Duarte, 2007, janeiro). Em 2016 surge o Projeto CLDS 3G –

PAMPILHOSA ATIVA! que vai ficar ativo até 2018 e tem como principal objetivo "promoção e inclusão social dos cidadãos, através da realização de ações desenvolvidas em parceria, por forma a combater a pobreza persistente e a exclusão social, num território assumidamente vulnerável no que se refere ao nível de desemprego e envelhecimento da população". Os objetivos passam ainda por 3 eixos de intervenção (1) emprego, formação e qualificação; (2) intervenção familiar e parental; (3) capacitação da comunidade e das instituições (CLDS 3G – Pampilhosa Ativa!, 2016).

Já numa perspetiva bem mais recente, em 2023, iniciou-se o programa Centro 2030 com o concurso para financiamento do ensino superior para apoiar cursos técnicos superiores profissionais. Este programa dispõe de 2.2 mil milhões de euros de fundos europeus para financiar investimentos na região. O programa Centro 2030 estrutura-se com cinco objetivos: (1) centro mais competitivo e inteligente, (2) centro mais verde, (3) centro mais conectado, (4) centro mais social e inclusivo e (5) centro mais territorialmente mais coeso e próximo dos cidadãos (CCDR, 2023).

Síntese

Para além dos típicos almoços de convívio e festas de épocas (Páscoa, Carnaval, Verão, São Martinho) definidos ao longo dos anos, os eventos e espetáculos são um dos pontos altos desta região. Eventos como o Rally de Portugal, a Feira de Artesanato e Gastronomia, a Feira Agrícola, Comercial e Industrial de Góis (FACIG), a Feira de Folclore, a Feira do Mont’Alto, Arganil Rock iniciado em 2006, as Jornadas Mel, Medronho e Medronheira, a Feira do Livro de Arganil, o festival Walking Weekend, o Festival Seaside Sunset Sessions, o evento “Inspira Natal” todos os anos em dezembro, a Geo Tour (BTT) pelas Aldeias de Xisto.

A “Rede das Aldeias de Xisto” e, consequentemente a ADXTUR criaram ao longo dos anos um produto turístico destinado a captar um segmento de mercado muito exigente e potenciar paisagens que oferecem possibilidades de lazer. Esta oferta de serviços e produtos turísticos é uma das faces com maior visibilidade, contribuindo para a preservação da cultura e o desenvolvimento integrado do território, de forma a combater o despovoamento, o esquecimento e o abandono. A presença das Aldeias de Xisto em eventos nacionais como a BTL já anteriormente referida, demonstra a sua integração nas estratégias de promoção turística das marcas Centro de Portugal e Portugal (Carvalho, 2010, como citado em Alves, 2013). Esta integração assenta na preservação do meio ambiente. Já o projeto CLDS 3G – Pampilhosa Ativa!, tem uma intenção mais dirigida às populações destes territórios, motivando, interagindo e inovando as relações que aqui se estabelecem e que não são esquecidas. A ADIBER representa também um papel fundamental ao longo dos anos nos melhoramentos físicos destes locais e

também na criação de investimentos locais. Os membros das comissões das freguesias não passam despercebidos, com as suas tentativas de melhorar as condições de vida dos seus. A Serra do Açor é as pessoas que continuam a lutar por ela.

5.4. Visão sobre o Futuro: Serras “Verdes”

Pampilhosa da Serra é o centro de uma grande riqueza natural, desde a Mata da Magaraça, os seus céus estrelados, a sua gastronomia, as suas casas de xisto, as suas paisagens e ainda as suas povoações e aldeias. Relativamente ao seu futuro, estão a ser abordadas questões mais críticas no que toca à sustentabilidade e aos projetos de energia:

Segundo o artigo publicado no “Expresso”, *Energia: Portugal nunca instalou tanta capacidade solar como em 2021* (2022), o ano 2021 foi um ano recorde no que toca a instalação solar fotovoltaica em Portugal, segundo os dados publicados pela Direção-Geral de Energia e Geologia (DGEG). A energia eólica foi também expandida em 2021, tendo sido o ano mais ativo nos últimos cinco anos. O Plano Nacional de Energia e Clima (PNEC) pretende alcançar uma potência energética suficiente para cobrir todo o consumo atual da rede elétrica portuguesa durante algumas horas do dia até 2030.

O território de Pampilhosa da Serra tem já o maior parque eólico da Península Ibérica, com o início da colocação das eólicas em 2001 (Gonçalves, 2001). Em 2021, a Comunidade Intermunicipal de Coimbra (CIM) informou o Município de Pampilhosa da Serra que uma parceria de empresas lideradas pelo Grupo norueguês *The Reform Energy Group*, tinha lançado um projeto para construção de um Parque Solar Fotovoltaico e ainda uma unidade de produção de Hidrogénio Verde em Portugal, com local de implantação no concelho de Pampilhosa da Serra, sendo que a escolha do local tem exatamente a ver com a existência do parque eólico. O projeto prevê ocupar uma grande área do território, 222 hectares, nas cotas mais elevadas, junto das cumeadas das serras com maior exposição solar e próximo das eólicas. Já as implantações das unidades de hidrogénio verde têm previstas colocação próxima da barragem. Uma das vantagens seria a grande fonte de receita que segundo a notícia, seriam entre 264.000 e 330.000 euros por ano. As aldeias mais próximas deste projeto seriam Camba, Covanca, Porto da Balsa, Ceiroco e Castanheira da Serra. Apesar de ser um projeto baseado em energia verde, “limpa” sem poluição ambiental, tem de se considerar o impacto visual que terá. As florestas serão cobertas por longas extensões de painéis solares. Ainda não existe informação suficiente que determina os impactos ambientais e socioeconómicos que poderá ter na população (Simões, 2021).

Jorge Alves Custódio, atual presidente da Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra, confirmou à revista “Económica” “temos três barragens, um dos maiores parques eólicos do país, vamos ter produção fotovoltaica sobre uma das nossas albufeiras, e poderemos ter também no futuro a produção de hidrogénio verde” (Alegria, 2022, p. 20), confirmando assim a expansão das energias renováveis para este território, num futuro muito próximo.

Uma outra questão muito crítica relativamente ao futuro destas populações reflete-se na exploração de lítio. Foi realizado um pedido pela empresa australiana *Fortescue Metals Group Exploration Pty, Ltd.*, destinado a uma pesquisa e prospeção numa área denominada "Raposa", que inclui uma área de 57,6km² no território. Esta área localiza-se nos limites das aldeias de Dornelas do Zêzere, Unhais-o-Velho, Brejo de Cima, Janeiro de Baixo, Porto de Vacas e Carregal do Zêzere. O pedido respeita à atribuição de direitos de prospeção e pesquisa de depósitos minerais de ouro, prata, chumbo, zinco, cobre, lítio, entre outros e os trabalhos iriam desenvolver-se por 3 anos com eventual prorrogação de mais 2 anos. O presidente da Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra, José Brito, juntamente com o vice-presidente da altura e atual presidente, Jorge Alves Custódio, falaram abertamente sobre a posição que o município tem em relação a esta exploração e, por unanimidade, não concordam com a realização da prospeção e pesquisa na área pretendida, tendo por base os elementos disponibilizados pela DGEG, e tendo em conta que o plano de prospeção significaria uma política de desenvolvimento contrária ao modelo de desenvolvimento sustentável que o município tem privilegiado ao longo dos anos. Referiu-se ainda que não há garantia de que seja acautelada a qualidade da água da albufeira de Santa Luzia que abastece parte do concelho, assim como os impactos negativos e danos irreparáveis na paisagem, provocados por uma exploração a céu aberto, afetando ainda a vivência e desenvolvimento das populações, podendo assim agravar o despovoamento, sendo que esta atividade coloca em causa e anula todo o investimento feito ao longo dos anos ao nível turístico e ambiental (Simões, 2019, junho). Em 2022, Jorge Alves Custódio, agora presidente, mantém a mesma posição quando questionado sobre a possibilidade de exploração no futuro: “Somos contra a exploração de lítio no nosso concelho. Ponto!” (Alegria, 2022, p. 27).

Conclusão

A presente investigação procurou analisar de que forma as técnicas de desenvolvimento, nomeadamente abordagens endógenas e exógenas e ainda o turismo criativo são essenciais para territórios rurais, inclusive para o estudo do caso em questão, a Serra do Açor.

Numa primeira fase, verifica-se que um território rural é maioritariamente definido pela sua baixa densidade populacional, mas mesmo dentro dessa definição, podem coexistir diferentes tipos de “rural”, que se distinguem pela sua atividade industrial, acessibilidade, poder político, mercados económicos e, ainda, a distância a todo o tipo de serviços. Esta distinção permite atuar conforme os diferentes tipos de territórios rurais, onde cada local é diferente do próximo, necessitando de abranger o método de desenvolvimento. Como entendido, com os territórios rurais vêm limitações e obstáculos a ultrapassar. Dois dos objetivos principais serão reverter o abandono territorial e gerar a valorização dos recursos.

Os conceitos de desenvolvimento são dos fatores mais explorados neste estudo, onde se verifica que uma participação ativa local, esforço, compromisso na preservação da natureza, juntamente com influências externas como promoção de projetos, ajudas financeiras, criação de áreas protegidas permitem uma melhor gestão do território e criam melhores condições de vida.

A participação local nem sempre é bem vista, mas é impossível não reconhecer que em locais como o estudo de caso em questão, os avanços no desenvolvimento só foram atingidos devido às pressões locais que exigiam melhores condições e que trabalharam sempre em prol das suas aldeias e serras. Difícil seria não incluir os locais em decisões que afetarão o seu modo de vida e o seu território.

Chega-se assim ao entendimento que uma estrutura que envolva as duas componentes, o endógeno e o exógeno tem vindo a produzir os seus efeitos. Verifica-se ainda que o turismo tem sido indispensável para estas localidades, aliás, pode dizer-se que é um dos maiores focos do desenvolvimento rural. Mas as tentativas de implementar o turismo criativo, onde os *inputs* se baseiam no território envolvente, na criatividade, no conhecimento, na história, na experiência, aumentam as possibilidades de um turismo mais efetivo e, por sua vez, mais sustentável, típico da região e direcionado para um público alvo que reconhece a importância de preservação da natureza e do património. Na Serra do Açor, um dos programas mais falado é o da “Rede das Aldeias de Xisto”, que tem vindo a desenvolver a marca pela qual este território é mais conhecido criando uma autenticidade e durabilidade.

Muitos progressos têm vindo a ser feitos em todos os aspetos, de forma a combater o abandono. Verifica-se que alguns destes progressos podem ter chegado tarde, como por exemplo, as necessidades básicas. Mas reconhecer o trabalho feito até agora é incentivar à sua continuação. Todavia, na Serra do Açor, um dos tópicos recorrentes era o ordenamento do território e constante invasão de espécies invasoras na floresta que só ajudavam na propagação dos incêndios. Pouco foi feito nesta área até ao ano de 2017, onde após tanta destruição causada pelos incêndios, se investiu mais em prevenção do que no combate e implementou-se o SER_AF, que potencia uma solução para uma grande área de terreno. Fala-se também da possibilidade de investimento na área de plantação de medronhos, mais resistentes ao fogo, com possibilidade económica grande que já avançou com negociações com proprietários (Alegria, 2022).

É ainda de notar que esta é uma área com relevância para a implementação de mais energias renováveis. Seria interessante realizar um estudo com a opinião das populações sobre os possíveis projetos a serem efetuados. Porque questiono o seguinte: “estamos tão pressionados a avançar com energias mais verdes, que o faríamos rapidamente. Mas para efetuar medidas de melhores condições de vida, demoramos praticamente um século?”. De nada nos serve termos energias mais verdes se nem o próprio território conseguimos preservar e proteger e, com ele, o seu povo. Isto não quer dizer que soluções de energias renováveis não sejam bem-vindas, mas será compreensível se as populações da Serra do Açor não aceitarem estas novas evoluções, após o profundo sentimento de esquecimento.

Creio que também poderia existir um incentivo, no género do SER_AF, para as aldeias e as suas comissões de melhoramentos, no que toca à colocação de xisto nas casas e remodelações mais envolventes com a natureza, de forma a conseguirem a designação “Aldeia de Xisto” e entrarem para a rede, para expandir este nicho de mercado. Todas as aldeias têm a sua tradição, os seus eventos e a sua história, que valeria a pena explorar. Ainda mais, eventos ao fim-de-semana poderiam incentivar a mobilização de pessoas entre aldeias e pessoas de fora, criando assim um fluxo de movimento, trocas, convívio e experiências. A aposta nas tecnologias poderia também ser um ponto forte para atrair as gerações mais novas e poderiam desenvolver-se, por exemplo, redes sociais e campanhas destinadas às Aldeias de Xisto com conteúdo original, notícias, oportunidades e claro, opções de turismo. Seria uma boa oportunidade de marketing, mantendo-se sempre fiel às origens da Serra do Açor.

As zonas urbanas já se encontram sobrecarregadas e a conversa de desenvolvimento sustentável passa pela distribuição de oportunidades ao longo de um país de forma a movimentar as empresas, pessoas e riqueza. Assim, diminuir-se-ia o fluxo de transmissões de

dióxido de carbono nas grandes cidades, faziam-se maiores progressos na preservação do território, as condições de vida iriam melhorar, fazia-se uma melhor gestão de território e, conseqüentemente, uma diminuição nos incêndios. Os territórios rurais, quer seja na Pampilhosa da Serra ou não, são territórios a ter em conta. Apostar no seu desenvolvimento, significa apostar num desenvolvimento mais sustentável.

Referências Bibliográficas

- Alves, L. R. S. (2013). *PROCESSOS DE MUDANÇA, TURISMO E DESENVOLVIMENTO RURAL: AS ALDEIAS DO XISTO DO CONCELHO DE GÓIS E O PAPEL DA LOUSITÂNEA*. Universidade de Coimbra.
- Baixinho, A., Santos, C., Couto, G., Albergaria, I. S. D., Silva, L. S. D., Medeiros, P. D., & Simas, R. M. N. (2020). Creative Tourism on Islands: A Review of the Literature. *Sustainability*, 12(24), 10313. <https://doi.org/10.3390/su122410313>
- Bakas, F. E., & Duxbury, N. (2018). DEVELOPMENT OF RURAL AREAS AND SMALL CITIES THROUGH CREATIVE TOURISM: THE CREATOUR PROJECT. *Revista Anais Bras. de Est. Tur /ABET*, 8(3), 74–84.
- Barata, A. S. do N. (2019). *Territorialidades e Conflitos nas Áreas Protegidas. Estudos de caso comparados e a promoção da qualidade de vida nas comunidades em Portugal e no Brasil*. [Dissertação, Universidade de Coimbra]. <https://eg.uc.pt/handle/10316/87258>
- Barros, C., Fernandes, R. G., & Cordeiro, A. M. R. C. (2019). *População e desenvolvimento na Região Centro Cenários, tendências e desafios* (27.^a ed.). CEIS20. https://www.researchgate.net/publication/336262118_Populacao_e_desenvolvimento_na_Regiao_Centro_Cenarios_tendencias_e_desafios_CADERNOS_DO_CEIS_20
- Carvalho, P., & Alves, L. (2017). Animação Turística, Inovação e Criatividade no Desenvolvimento Rural. O caso das Aldeias do Xisto. Em *Animação Sociocultural. Turismo Rural e Desenvolvimento Comunitário* (pp. 171–179). https://www.researchgate.net/publication/316635235_Animacao_Turistica_Inovacao_e_Criatividade_no_Developolvimento_Rural_O_Caso_das_Aldeias_do_Xisto
- CCRDC, C. de C. e D. R. do C. (2021). *Complexo do Açor: Área de Paisagem Protegida da Serra do Açor Sítio da Rede Natura 2000*. http://www.ccdrc.pt/index.php?option=com_docman&view=download&id=621&Itemid=739
- Energia: Portugal nunca instalou tanta capacidade solar como em 2021*. (2022, fevereiro 1). <https://expresso.pt/economia/2022-02-01-energia-portugal-nunca-instalou-tanta-capacidade-solar-como-em-2021>

- European Commission. (2008). *The EU Rural Development Policy: Facing the Challenges*.
<https://enrd.ec.europa.eu/enrd-static/fms/pdf/2067BB37-F930-016B-4338-41FC992B5F58.pdf>
- Eurostat. (2016). *Rural development statistic by urban-rural typology*.
https://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php?title=Archive:Rural_development_statistics_by_urban-rural_typology&oldid=294503
- Fontes de Carvalho, R. J. G. de S. (2021). *A importância do turismo criativo para o desenvolvimento de cidades de pequena dimensão e de áreas rurais: Estudo de caso dos projetos-piloto do Noroeste de Portugal e inseridos no Projeto CREATOUR* [Universidade do Minho, Instituto de Ciências Sociais]. <http://hdl.handle.net/1822/74395>
- Fragoso, M. I. V. (2022). *O Turismo Criativo como catalisador de atratividade e desenvolvimento local de um território: O Caso de Santarém*. [Universidade de Lisboa Instituto de Geografia e Ordenamento do Território Faculdade de Letras Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril]. <http://hdl.handle.net/10451/53902>
- Georgios, C., Nikolaos, N., & Poulimas, M. (2021). *Neo-Endogenous Rural Development: A Path Toward Reviving Rural Europe*. 86(4), 911–937. <https://doi.org/10.1111/ruso.12380>
- Gonçalves, F. J. B., & Martins da Costa, C. M. (2019). Modelo de Desenvolvimento e Implementação do Turismo Criativo. O caso do Galo de Barcelos. *Turismo & Desenvolvimento*, 32, 25–36.
- Henriques, R. P. (2020). *Castanheira Gente que Resiste: História e património cultural das povoações da Serra do Açor* (1ª). Edições Colibri.
- ICNF. (2013). *Análise das Causas dos Incêndios Florestais—2003 -2013*. (Causas03-13/2014). Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas.
<https://www.icnf.pt/florestas/gfr/gfrgestaoinformacao/grfrelatorios/areasardidaseocorrencias>
- ICNF. (2017). *Relatório Provisório de Incêndios Florestais-2017. 01 de Janeiro a 31 de Outubro*. (RIF10/2017). Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas.
<https://www.icnf.pt/florestas/gfr/gfrgestaoinformacao/grfrelatorios/areasardidaseocorrencias>
- Matos Silva, F., Sousa, C., & Albuquerque, H. (2022). Analytical Model for the Development Strategy of a Low-Density Territory: The Montesinho Natural Park. *Sustainability*, 14(7), 4373. <https://doi.org/10.3390/su14074373>

- Medeiros, E. (2021). Development Clusters for Small Places and Rural Development for Territorial Cohesion? *Sustainability*, 14(1), 84. <https://doi.org/10.3390/su14010084>
- Molinero Hernando, F., Plaza Gutiérrez, J. I., Esparcia Pérez, J., & Prados Veloso, M.-J. (2021). *Espacios rurales y retos demográficos: Una mirada desde los territorios de la despoblación*. AGE (Asociación Española de Geografía).
- Moreira Braga, T. (2022). *Desenvolvimento Local Engógeno entre a Competitividade e a Cidadania*. 5, 23–37. <http://dx.doi.org/10.22296/2317-1529.2001n5p23>
- Nações Unidas. (2021). *Objetivos de Desenvolvimento Sustentável*. <https://unric.org/pt/objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel/>
- OCDE. (2015). *New Rural Policy: Linking up for growth* (p. 34). OCDE. <https://www.fao.org/family-farming/detail/en/c/522521/>
- ODS. (2022). *Objetivos de Desenvolvimento Sustentável*. Os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. <https://ods.pt/>
- Oliveira, M. (2023, julho 7). Portugal gastou 529 milhões no ano passado a prevenir e combater fogos. *Público*. <https://www.publico.pt/2023/07/07/sociedade/noticia/portugal-gastou-529-milhoes-ano-passado-prevenir-combater-fogos-2055970>
- Paiva, J. (1981). *Mata da Margaraça e a sua conversão em reserva*. 47, 49–66.
- REA (Portal do Estado do Ambiente de Portugal). (2021). *Sistema Nacional de Áreas Classificadas*. <https://rea.apambiente.pt/content/sistema-nacional-de-%C3%A1reas-classificadas>
- Richards, G. (2019). Creative tourism: Opportunities for smaller places? *Tourism & Management Studies*, 15(SI), 7–10. <https://doi.org/10.18089/tms.2019.15SI01>
- Santos, R. F. dos, Antunes, P., Carvalho, C. R., & Aragão, A. (2019). *Nova Política para a Provisão e Renumeração de Serviços dos Ecossistemas em Espaços Rurais—O Problema, a Política e a Implementação*. (p. 45). Cense - Centro de Investigação em Ambiente e Sustentabilidade. ISBN 978-972-8893-81-1.
- Silveira, P. C. da. (2007). *A flora da Serra do Açor*. 13, 1–333.
- Simões, C. (2021, novembro 25). *PARQUE SOLAR E PRODUÇÃO DE HIDROGÉNIO VERDE NO ALTO CEIRA - Junta de Freguesia de Fajão-Vidual*. https://www.jf-fajao-vidual.pt/autarquia/noticias/9-parque_solar_e_producao_de_hidrogenio_verde_no_alto_ceira?fbclid=IwAR2PP3iWQof_erP7bkM4FVfaacmUK9suxHpmivN9hsBuTlilu3Rfwwy7oDw
- Tavares, A. (sem data). *PAISAGEM PROTEGIDA DA SERRA DO AÇOR*. <https://www.icnf.pt/api/file/doc/23b79d513bf152a0>

- Tödting, F. (2014). Endogenous approaches to local and regional development policy. Em *Handbook of Local and Regional Development*. Routledge.
<https://doi.org/10.4324/9780203842393.ch28>
- United Nations. (2018). *World Urbanization Prospects 2018, Online Edition*.
<https://population.un.org/wup/Country-Profiles/>
- Vázquez-Barquero, A., & Rodríguez-Cohard, J. C. (2016). Endogenous development and institutions: Challenges for local development initiatives. *Environment and Planning C: Government and Policy*, 34(6), 1135–1153. <https://doi.org/10.1177/0263774X15624924>
- Vicente, M. M. (2017). *O Papel das Cidades Médias do Interior para o Desenvolvimento do Território: O Caso da Cidade da Covilhã*. Instituto de Universidade de Lisboa.

Referências Bibliográficas das fontes periódicas

- ADIBER recebe estudantes franceses. (2001, fevereiro 2). *A Comarca de Arganil*, p. 6.
<https://www.acomarcadearganil.cm-arganil.pt/a-comarca-de-arganil-11108/>
- Ainda os mini-páraquedas incendiários. (2001, fevereiro 15). *Comarca de Arganil*, p. 10.
<https://www.acomarcadearganil.cm-arganil.pt/a-comarca-de-arganil-11110/>
- A invasão do eucalipto. (2002, maio 5). *Comarca de Arganil*, 11.
<https://www.acomarcadearganil.cm-arganil.pt/a-comarca-de-arganil-11215/>
- Alves, P., P. (2005, setembro 1). A Beira-Serra pode dar um exemplo vivo ao País!. *A Comarca de Arganil*, p. 3. <https://www.acomarcadearganil.cm-arganil.pt/a-comarca-de-arganil-11560/>
- CCDR. (2023, abril). Concurso para financiamento do ensino superior marca o início do Programa Centro 2030. *Serras da Pampilhosa*, p. 2.
- CLDS 3G – Pampilhosa Ativa! (2016, janeiro). O Projeto CLDS 3G- Pampilhosa Ativa! Já está em fase de execução. *Serras da Pampilhosa*, p. 2.
<https://www.casapampilhosadaserra.pt/serrasdapampilhosa/2016janeiro.pdf>
- Comissão de Apoio ao lançamento de Iniciativas. (2004, maio 5). *A Comarca de Arganil*, p. 10. <https://www.acomarcadearganil.cm-arganil.pt/a-comarca-de-arganil-11431/>
- Deputado Ricardo Castanheira aborda a questão da Pousada do Piódão. (2001, abril 17). *A Comarca de Arganil*, p. 2. <https://www.acomarcadearganil.cm-arganil.pt/a-comarca-de-arganil-11127/>

- Duarte, D. (2006, julho 13). Jornadas do Mel, Medronho e Medronheira esclareceu produtores. *A Comarca de Arganil*, p. 4. <https://www.acomarcadearganil.cm-arganil.pt/a-comarca-de-arganil-11643/>
- Duarte, D. (2007, janeiro 1). Adiber, Duaceira e Caixa de Crédito assinam protocolo. *A Comarca de Arganil*, p. 3. <https://www.acomarcadearganil.cm-arganil.pt/a-comarca-de-arganil-11691/>
- Fernandes, A., J. (2001, julho 5). O eucalipto e a acácia. *A Comarca de Arganil*, 7. <https://www.acomarcadearganil.cm-arganil.pt/a-comarca-de-arganil-11149/>
- Gonçalves, A., R. (2003, abril 1). Fogos florestais: tudo (ou quase) por fazer. *Comarca de Arganil*, p. 10. <https://www.acomarcadearganil.cm-arganil.pt/a-comarca-de-arganil-11322/>
- Gonçalves, E. (2001, fevereiro). Vento – energia barata e não poluente. *A Comarca de Arganil*, p. 7. <https://www.acomarcadearganil.cm-arganil.pt/a-comarca-de-arganil-11107/>
- Machado, A., L. (2001, janeiro 1). O presidente da comissão de Melhoramentos da Malhada Chã, António Silva. *A Comarca de Arganil*, 31. <https://www.acomarcadearganil.cm-arganil.pt/a-comarca-de-arganil-11097/>
- Pacheco, A. (2016, julho). Um inquérito realizado pela casa do concelho há 43 anos. *Serras da Pampilhosa*, 9. <https://www.casapampilhosadaserra.pt/serrasdapampilhosa/2016julho.pdf>
- Passado revisitado através das minas de volfrâmico. (2001, agosto 2). *A Comarca de Arganil*, p.14. <https://www.acomarcadearganil.cm-arganil.pt/a-comarca-de-arganil-11157/>
- Simões, C. (2016, fevereiro). Mimoso – A invasora de enganadora beleza. *Serras da Pampilhosa*, 17. <https://www.casapampilhosadaserra.pt/serrasdapampilhosa/2016fevereiro.pdf>
- Simões, C. (2017, janeiro). Lourdes Maia, Presidente da Comissão Associativa de Melhoramentos de Porto da Balsa. *Serras da Pampilhosa*, 10-11. <https://www.casapampilhosadaserra.pt/serrasdapampilhosa/2017janeiro.pdf>
- Simões, C. (2017, junho). Maria do Céu Brito, Presidente da Comissão de Melhoramentos de Castanheira da Serra. *Serras da Pampilhosa*, 11. <https://www.casapampilhosadaserra.pt/serrasdapampilhosa/2017junho.pdf>
- Ventura, A. (2002, agosto 1). Calamidade ou fatalidade? *A Comarca de Arganil*, 14. *A Comarca de Arganil 11256 – Comarca de Arganil (cm-arganil.pt)*
- Ventura, A. (2005, agosto 2). Depois dos fogos as festas. *Comarca de Arganil*, p. 12. <https://www.acomarcadearganil.cm-arganil.pt/a-comarca-de-arganil-11552/>

- Simões, C. (2017, julho). Calamidade dos incêndios voltou à Pampilhosa da Serra e à região. *Serras da Pampilhosa*, p. 3.
<https://www.casapampilhosadaserra.pt/serrasdapampilhosa/2017julho.pdf>
- Simões, C. (2017, outubro). Fogo devastou o concelho. *Serras da Pampilhosa*, p. 3.
<https://www.casapampilhosadaserra.pt/serrasdapampilhosa/2017outubro.pdf>
- Simões, C. (2017, dezembro). Município intervém para travar a erosão dos solos. *Serras da Pampilhosa*, p. 6.
<https://www.casapampilhosadaserra.pt/serrasdapampilhosa/2017dezembro.pdf>
- Simões, C. (2018, fevereiro). Obrigatório limpar vegetação em redor das casas até 15 de Março. *Serras da Pampilhosa*, p. 6.
<https://www.casapampilhosadaserra.pt/serrasdapampilhosa/2018fevereiro.pdf>
- Simões, C. (2018, março). Fogo e plantas invasoras – um mal nunca vem só. *Serras da Pampilhosa*, p. 15.
<https://www.casapampilhosadaserra.pt/serrasdapampilhosa/2018mar%C3%A7o.pdf>
- Simões, C. (2018, abril). Ponte de Fajão uniu-se para plantar árvores. *Serras da Pampilhosa*, p. 4. <https://www.casapampilhosadaserra.pt/serrasdapampilhosa/2018abril.pdf>
- Simões, C. (2018, setembro). Município apoia reconstrução de casas de segunda habitação ardidas. *Serras da Pampilhosa*, p. 3.
<https://www.casapampilhosadaserra.pt/serrasdapampilhosa/2018setembro.pdf>
- Simões, C. (2019, junho). Município diz “Não” à prospeção de lítio no concelho. *Serras da Pampilhosa*, p. 3.
<https://www.casapampilhosadaserra.pt/serrasdapampilhosa/2019junho.pdf>
- Simões, C. (2019, outubro). Já começaram as obras de reabilitação de infraestruturas municipais. *Serras da Pampilhosa*, p. 5-9.
<https://www.casapampilhosadaserra.pt/serrasdapampilhosa/2019outubro.pdf>
- Solidariedade e União fazem renascer a Póvoa. (2017, novembro). *Serras da Pampilhosa*, p. 7. <https://www.casapampilhosadaserra.pt/serrasdapampilhosa/2017novembro.pdf>
- Trindade, S. (2018, abril). Freguesia de Cabril recebeu voluntários do “CAMTIL”. *Serras da Pampilhosa*, p. 5.
<https://www.casapampilhosadaserra.pt/serrasdapampilhosa/2018abril.pdf>
- Ventura, A. (2002, maio 7). Piódão aldeia histórica entrou na modernidade. *A Comarca de Arganil*, p. 12. <https://www.acomarcadearganil.cm-arganil.pt/a-comarca-de-arganil-11232/>

Ventura, A. (2003, maio 15). Entre a requalificação material e a concórdia social. *A Comarca de Arganil*, p. 14. <https://www.acomarcadearganil.cm-arganil.pt/a-comarca-de-arganil-11335/>

Ventura, A. (2005, julho 7). Associação de Freguesias preserva Mata da Margaraça. *A Comarca de Arganil*, p. 12. <https://www.acomarcadearganil.cm-arganil.pt/a-comarca-de-arganil-11545/>

Anexos

[Periódico “A Comarca de Arganil” ano 2001 – ficha de leitura](#)

[Periódico “A Comarca de Arganil” ano 2002 – ficha de leitura](#)

[Periódico “A Comarca de Arganil” ano 2003 – ficha de leitura](#)

[Periódico “A Comarca de Arganil” ano 2004 – ficha de leitura](#)

[Periódico “A Comarca de Arganil” ano 2005 – ficha de leitura](#)

[Periódico “A Comarca de Arganil” ano 2006 – ficha de leitura](#)

[Periódico “A Comarca de Arganil” ano 2007 – ficha de leitura](#)

[Periódico “A Comarca de Arganil” ano 2008 – ficha de leitura](#)

[Periódico “A Comarca de Arganil” ano 2009 – ficha de leitura](#)

[Periódico “A Comarca de Arganil” ano 2023 – ficha de leitura](#)

[Periódico “Serras da Pampilhosa” ano 2015/2016 – ficha de leitura](#)

[Periódico “Serras da Pampilhosa ano 2017 – ficha de leitura](#)

[Periódico “Serras da Pampilhosa ano 2018 – ficha de leitura](#)

[Periódico “Serras da Pampilhosa ano 2019 – ficha de leitura](#)

[Periódico “Serras da Pampilhosa ano 2020 – ficha de leitura](#)

[Periódico “Serras da Pampilhosa ano 2022/2023 – ficha de leitura](#)

